

**ATA DA  
2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE ODIVELAS  
Quadriénio 2021-2025**

No dia 13 de dezembro de 2021, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Odivelas, nas instalações dos Paços do Concelho – Quinta da Memória, em Odivelas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**PONTO UM – ORÇAMENTO DE 2022 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2022-2025. (DJAG/DFA) -----**

**PONTO DOIS - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2021, A LIQUIDAR EM 2022. (DJAG) -----**

**PONTO TRÊS – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS REFERENTE AO ANO DE 2022, A LIQUIDAR EM 2023. (DJAG) -----**

**PONTO QUATRO - PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA REFERENTE AO ANO DE 2021, A APLICAR EM 2022. (DJAG/DLDE/SADEE) -----**

**PONTO CINCO - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – (TMDP) - 2022. (DJAG) -----**

**PONTO SEIS - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2022. (DJAG/DRHF) -----**

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt



**PONTO SETE – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. (DJAG/DFA)** -----

**PONTO OITO – PROPOSTA DE PROJETO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS: ABERTURA DE PROCEDIMENTO, SUA PUBLICITAÇÃO E TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE. (DJAG/DLDE)** -----

**A reunião iniciou-se com as seguintes presenças:** -----

**O Senhor Presidente:** -----

HUGO MANUEL DOS SANTOS MARTINS -----

**Vereadores:** -----

EDGAR LUÍS SIMÕES VALLES -----

MARCO PAULO LEMOS PINA -----

ANA SUSANA OLIVEIRA DOS SANTOS -----

FRANCISCO JOSÉ LOURENÇO BAPTISTA -----

FERNANDO PAINHO FERREIRA -----

ANA ISABEL COSME GOMES -----

MÓNICA LISA GONÇALVES VILARINHO -----

NUNO PAULO DE SÁ CARNEIRO BEIRÃO -----

JOÃO PAULO DA CRUZ ANTÓNIO -----

CARLOS ANTÓNIO ANTUNES ALVES RODA -----

A Senhora Vereadora Carla Patrícia Gonçalves Nazareth não esteve presente na reunião, tendo sido substituída pelo Senhor Vereador Carlos António Antunes Alves Roda. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2) do dia 9 de dezembro de dois mil e vinte e um, no qual consta que as disponibilidades resultantes de operações orçamentais e de tesouraria se cifram em

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt



€32.905.645,49 (trinta e dois milhões, novecentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos). -----

**PONTO UM – ORÇAMENTO DE 2022 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2022-2025. (DJAG/DFA) -----**

Presente para deliberação o proposto na Informação n.º Interno/2021/8974, de 2021-12-07, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

**Informação: -----**

“A presente proposta de Orçamento 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2025 foi elaborada em conformidade com as exigências legais e técnico-financeiras aplicáveis. 2/2 Assim, propõe-se que, em caso de concordância, a mesma seja submetida ao Sr. Presidente para deliberação na próxima Reunião de Câmara e posterior deliberação em Assembleia Municipal.” -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE: -----**

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----

**A Senhora Vereadora Mónica Vilarinho proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----**

“Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções de Plano, sobre as áreas que possuo por delegação de competências, trata-se do início de ciclo, de continuidade reforçada. -----

A nossa aposta é nos Recursos Humanos e em todo o investimento que tem sido feito, na responsabilidade consolidada, na capacitação dos funcionários, na atualização de todos os aumentos salariais, isto é, a atualização da remuneração é de grande necessidade face ao momento que vivemos. Todas estas ações vão ao encontro da linha de pensamento do Partido Socialista e da estratégia definida para a Câmara Municipal de Odivelas. -----

Gostaria de salientar que continuaremos a ter cuidado no âmbito da proteção dos nossos recursos humanos, relativamente ao COVID 19. -----

Quanto ao GTIC, Gabinete de Tecnologia e Informação e Comunicação, informo que está estipulado com a equipa um plano de substituição de investimento e atualização de toda a estrutura de comunicações, a substituição do próprio equipamento de hardware e a melhoria das comunicações existentes. -----

No que se refere à DLDE, Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico, continuaremos a apostar em iniciativas de continuidade, como por exemplo, a Start In Odivelas, o Programa Mais Apoio Mais Emprego e várias iniciativas de apoio às atividades económicas. -----

Em breve lançaremos o estudo da atividade económica realizado pela empresa Ernst & Young Global que apresentaremos a toda a população, sobretudo aos empresários. Continuaremos a realizar eventos de referência, nomeadamente o “Prémio Distinção Empresarial”, “Odivelas Reconhece”, “Compras ao Luar” e outros concursos de relevância que destaquem a aposta dos empresários do nosso concelho e o seu investimento. Daremos continuidade à atividade formativa destinada quer aos empresários, quer à população em geral. -----

Em termos de novas iniciativas, na DLDE, temos a criação do “Espaço Empresa”, na Quinta do Espírito Santo”, em articulação com o IAPMEI, o lançamento da Agência para o Desenvolvimento Económico de Odivelas e as várias iniciativas que visam destacar e dinamizar a atividade comercial do nosso concelho.” ---

-----  
**A Senhora Vereadora Susana Santos** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
“Tal como o Senhor Presidente já disse, este, é um Orçamento de consolidação e de continuidade de um trabalho desenvolvido, sufragado de forma expressiva e maioritária pelas eleitoras e eleitores do Concelho de Odivelas. Um orçamento que é marcado, naturalmente, por uma pandemia que teima em persistir, e com consequências, sobretudo, para aqueles que são mais vulneráveis. Mas é também um orçamento de esperança, no regresso responsável a algo mais próximo de uma normalidade, que já quase não nos lembramos que existe. Destaco, assim, a continuidade dos apoios reforçados, que temos vindo a prestar no último ano e meio: o reforço dos Bancos Alimentares; o apoio ao Programa alimentar da Segurança Social (POAMPC); o fundo de auxílio de social de emergência (FASE); Apoios no âmbito do Programa Estamos Juntos, e o reforço às nossas IPSS’s. Reforçaremos, também, as ações dirigidas ao combate ao isolamento sénior e ao envelhecimento ativo, com a Oficina Domiciliária, o Programa de Apoio à Organização Doméstica, o reforço da Tele-assistência, as consultas de osteopatia nos Centros de Dia ou o Passeio Sénior. Manteremos e reforçaremos o apoio à população sem-abrigo, com o Projeto PIO, o NPISA e a criação de respostas habitacionais em regime de Housing First. Na educação o destaque é, naturalmente, para a concretização da Escola do Mosteiro, da Amoreira e do JI da Póvoa de Santo Adrião, que juntos correspondem a mais de 500 vagas de 1º ciclo e 225 vagas de Pré-escolar, e, naturalmente, a construção do Pavilhão Desportivo da Escola Básica D. Dinis. O Plano Tecnológico Municipal para as escolas do 1º ciclo e Pré-escolar terá a sua continuidade. Após a concretização do sinal de Internet em todas as salas de

aula, continuaremos a introdução de meios interativos de apoio à atividade letiva em sala de aula, ancorado, também naquele que é o Plano Tecnológico do Ministério da Educação, com a distribuição de computadores a alunos e professores. Manteremos, naturalmente, os apoios às famílias com as Fichas Escolares gratuitas, até ao 6º ano, e os Kits escolares para as escolas do 1º Ciclo e Pré-escolar da Rede Pública e Solidária, os transportes escolares, as tecnologias de apoio, aos subsídios às visitas de estudo. As 3 refeições escolares diárias terão a sua continuidade, com a introdução das refeições Halal (Pequeno almoço, almoço e lanche) devidamente certificados pelo Instituto Halal de Portugal, quer no que diz respeito aos ingredientes, quer no que diz respeito às metodologias de confeção, distribuição e serviço de refeição. Somos o 1.º Concelho do País a fazê-lo. Um compromisso assumido e cumprido com a comunidade Islâmica de Odivelas. No que diz respeito aos Projetos Educativos, destaco o Plano de Adaptação às Artes, que leva os alunos do 1.º ciclo ao 1.º contacto com as Artes Performativas, o Programa da Bicicleta Vai à Escola, ancorado no Projeto Ser Seguro, as atividades no Desporto na Escola que contam já com milhares de alunos inscritos neste ano letivo, o Sei Ser Família, o Arco-íris, o Inclusiva e a Hipoterapia. Daremos também continuidade aos ciclos de conferências “Novos Rumos, Novos Desafios na Educação” e voltará a Mostra de Ofertas Profissionais e Educativas do Concelho de Odivelas (MOPE). Daremos continuidade às candidaturas em curso, quer o PEC, quer o ÓNIS (dirigido à População Migrante), quer os Planos de Igualdade. No que diz respeito à habitação, 2022 é o ano de arranque da nossa estratégia local de habitação. Segundo a informação que temos da tutela, o acordo financeiro com o IHRU estará para ser assinado até o final deste mês, razão pela qual ainda não foi possível injetar na receita e, consequentemente, na despesa todas as atividades previstas. Está, no entanto, a verba necessária para o arranque dos Projetos e houve o investimento em reabilitação de fogos. Assim que o acordo financeiro estiver assinado, estão reunidas as condições para injetar a verba necessária para os investimentos previstos na estratégia local de habitação, procurando acelerar o calendário de modo a garantir financiamento via PRR. Este ano destaco as operações de aquisição de fogos, do arrendamento, para subarrendamento, dos projetos e procedimentos das operações do Arinto e do Casal do Chapim (Bairro da Cruz Vermelha), a reabilitação do edifício n.º 3 da Praceta Alice Pestana e do edifício da Praceta 25 de agosto em Famões e a reabilitação de fogos municipais dispersos. Daremos também início à mobilização dos particulares e dos condomínios, nos bairros do antigo Governo Civil, na Pontinha, em estreita parceria com a União das Juntas de Freguesia da Pontinha e Famões.” -----

**O Senhor Vereador Edgar Valles** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Em traços gerais, também dou nota daquilo que serão os grandes investimentos das áreas que me estão delegadas. Como bem dizia o Sr. Presidente, este é um orçamento de continuidade e desde logo, sobretudo na área da Divisão da Cultura e Turismo, há todo o trabalho de continuidade e investigação, relacionado

Câmara Municipal de Odivelas  
Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Cuilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

com o túmulo do Rei D. Dinis que se mantem. Como sabem, o túmulo ainda está aberto e este trabalho de investigação prolongou-se mais do que o inicialmente previsto e toda essa parte da investigação que se manterá, bem como ainda, o que está em falta, como o documentário e a publicação final dos trabalhos.-----  
Temos também projetos novos decorrentes de compromissos previamente assumidos, desde logo, temos o CIAC como todos puderam visitar durante o Dia Aberto, mas que iremos em breve implementar o projeto museológico.-----

Daremos também início no Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, a trabalhos de arqueologia, nomeadamente no futuro Parque da Cidade e ao longo da antiga cerca Ordem Cisterciense.-----

Publicação de livros de investigação, tais como, os que publicámos este ano, sendo que no próximo iremos publicar um livro sobre os 125 anos dos Bombeiros de Odivelas, o livro que referia há pouco em relação aos trabalhos do túmulo e ainda um livro infantil.-----

Iremos recuperar o espólio avulso no Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, entretanto identificado, e ao nível da continuidade não esqueceremos naturalmente o nosso programa de apoio o PAMO, as despesas com o Centro Cultural da Malaposta, ou ainda os trabalhos também em curso como é o caso da Torre do Tombo, da digitalização dos tomos e arquivo do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, projeto com o Cria com a Universidade Nova de Lisboa.-----

Também a continuidade de espetáculos e eventos, tais como, o Concerto de maio, o Concerto de Ano Novo, o Cinema ao Luar e ainda a gestão dos nossos equipamentos culturais. -----

De referir ainda a grande intervenção na Biblioteca Municipal de D. Dinis, a intervenção no Centro de Exposições de Odivelas, nos polos das bibliotecas, do Centro Cultural da Malaposta, bem como, a grande intervenção do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo. -----

Também ao nível da DJOM, estamos em processo de organização e digitalização no nosso arquivo municipal, bem como, um grande projeto de constituição do Arquivo Histórico Municipal.-----

Ao nível da saúde relembro o grande apoio que estamos a dar na vacinação Covid, também na vacinação Covid ao domicílio ou ainda a realização da fase final do estudo sobre estratégia de saúde no concelho em parceria com o Instituto Nacional Ricardo Jorge. Também dois grandes investimentos na área da saúde previstos neste orçamento a construção do Centro de Saúde de Odivelas e a construção do novo Centro de Saúde de Famões." -----

-----  
**O Senhor Vereador Francisco Baptista** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
"Muito bom dia a todas e a todos. Relativamente ao urbanismo, este ano vamos dar um destaque ao processo de reconversão das áreas urbanas da vertente sul e vertente nascente, visto que iremos proceder à continuidade dos regimes de contratações do LNEC para conclusão dos estudos geológicos e

**Câmara Municipal de Odivelas**

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt

geotécnicos, continuação do acompanhamento da elaboração de cartas de aptidão do Bairro Vale do Forno e do Bairro da Serra da Luz e do estudo de caracterização de riscos cheias da Várzea de Odivelas. -----

Relativamente à Juventude, o Gabinete “Orienta-te”, vamos reforçar a equipa de forma a darmos resposta à procura de apoio psicológico por parte dos jovens, que neste momento tem lista de espera. Este gabinete disponibiliza apoio técnico gratuito nas seguintes valências: Apoio psicológico; Sexualidade e Planeamento Familiar; Emprego e Formação Profissional. Caso as condições e a pandemia nos permitam, as comemorações da Juventude vão regressar, em maio, através da implementação de um plano de atividades diversos onde se incluem espetáculos musicais, atividades desportivas e lúdicas e formação. A arte urbana vai continuar a ser uma aposta por parte da Câmara Municipal de Odivelas, com o objetivo de difundir a arte urbana e de promovermos o concelho através desta forma de expressão artística, que já é reconhecida no Concelho. Iremos continuar a fazer o Acampamento Baden Powell, tendo em conta que nos últimos anos tem-se vindo a verificar uma relação sólida entre as associações juvenis sediadas no Concelho e o Município de Odivelas. Tem havido um envolvimento e participação das associações nos projetos municipais, quer através do programa de apoio municipal, projetos ambientais, ações de solidariedade e voluntariado. E o exemplo mais recente da parte desta parceria é o apoio na campanha de vacinação contra o COVID 19. O objetivo deste acampamento consiste em homenagear o seu fundador, através da partilha de saberes e experiências através das associações do concelho. -----

Relativamente ao Desporto, esperamos que 2022 seja um ano cuja normalidade possa regressar. 2022 Vai ser um ano onde iremos apostar no desporto informal, queremos criar condições para a que os nossos jardins e praças sejam minis-ginásios ao ar livre. O Clube do Movimento, cujo programa de exercício físico regular e gratuito com seis atividades de ginástica, dança, boccia, ioga e quatro complementares, hidro-sénior, hidro-prevenção de quedas reabilitação cognitiva, reabilitação sénior. Pretendemos com este “Clube do Movimento” criar mais três modalidades, bem como conseguir aumentar o número de utentes e frequentadores deste programa. As férias de verão serão para continuar, caso a pandemia assim o permita, bem como a semana do desporto. Entendemos que é o evento que os clubes e associações desportivas do concelho utilizam como montra para divulgar todas as suas modalidades e as atividades que dinamizam e promovem. Queremos criar o circuito de atletismo, atualmente existem várias provas de atletismo no concelho e a nossa intenção é criar um circuito de atletismo de Odivelas, que será composto por provas de estrada, pelo “Traill de Caneças” e por uma prova de obstáculos. -----

Relativamente à realização de eventos e iniciativas desportivas, pretendemos continuar a apoiar e organizar os eventos, como até aqui tem acontecido, como por exemplo o “Odivelas Boxe Cup”, “Odifoot”, gala do desporto, semana europeia do desporto, as ações de formação para treinadores e professores, bem como pretendemos dinamizar as atividades e outros eventos desportivos, como torneios de abertura de época desportivas e torneios de final de época de futebol, no escalão de veteranos. Queremos criar aulas de manutenção de condição física, abertas a toda a população que decorrerão durante todos os fins-de-

semana do verão em jardins e parques públicos. Foi criado um projeto novo, nas GOP's, que é o Centro de Terapia e Reabilitação do Município de Odivelas. Este vai ser um ano para reforço de meios e equipamentos, para que este nosso centro de terapia e reabilitação, consiga dar uma resposta à lista de espera que neste momento temos. Estarei disponível para quaisquer questões adicionais que queiram colocar.” -----

-----  
**O Senhor Vereador João Paulo António** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
“Como já tive oportunidade de introduzir, este orçamento espelha o resultado do programa eleitoral do Partido Socialista, foi sufragado agora nas últimas eleições autárquicas e que dava pelo nome: “Continuar Odivelas”, por isso nós também ao nível das áreas que me estão subdelegadas nós também pretendemos continuar, neste caso, ao nível ambiental dar continuidade ao Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, um plano que se encontra em fase de conclusão, propondo ao logo, ao longo deste ano de 2022, realizar ações de sensibilização junto da população e de diferentes *Stakeholders* para a implementação de um conjunto de medidas constantes neste plano. Dar continuidade ao Plano Estratégico de Ruído, às campanhas de qualidade do ar com recurso a tubos de difusão, do controlo de pragas e desinfestações, à limpeza urbana, continuar a nossa sensibilização ambiental e paralelamente às atividades de continuidade prever também dar início à intervenção de requalificação do Rio da Costa, mais especialmente no troço situado entre a Rua Comandante Augusto Alexandre Jorge com recurso à engenharia natural. Será também realizada a substituição de contentorização de superfície por contentorização semienterrada em vários locais do Concelho. Tencionamos continuar o Plano da Melhoria da Eficiência Energética, através da implementação de medidas que contribuam para o aumento dos níveis de exigência e qualidade nesta área no concelho de Odivelas, continuar a política de expansão e diversificação dos *Dog Parks* pelos locais do nosso concelho, continuar o projeto das hortas urbanas, tão acarinhado que tem sido pela nossa população e daremos também continuidade à arborização do concelho com a plantação de várias árvores quer de arruamento quer em espaços destinados a espaços verdes e pela sua localização e/ou topografia se enquadram na criação de pequenos bosques que visam a criação de pulmões verdes em cada freguesia do concelho. Queremos também requalificar o Pinhal da Paiã, já se encontra em elaboração o estudo da requalificação do mesmo já que é imperioso dotar aquele espaço de condições para a sua frequência pela população e a criação de atividades que permitam enriquecer o contato com a natureza nomeadamente com a criação de percursos clicáveis ou pedestres e estações de biodiversidade. -----

Ao nível do Serviço Municipal de Proteção Civil, vamos dar também continuidade às ações de sensibilização no âmbito do programa de ação educativa onde formamos e sensibilizamos milhares de crianças todos os anos nas mais variadas temáticas, como: Covid-19, medidas de autoproteção, acidentes

Câmara Municipal de Odivelas  
Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

domésticos, primeiros socorros, planos de emergência, plano de prevenção de incêndios florestais, sismos, cheias e perigos em espaços públicos, tornando assim mais resilientes e mais preparados as nossas crianças para o futuro que aí vem. Continuaremos a comemoração do Dia da Proteção Civil e continuaremos também empenhados no combate à Covid-19, através da distribuição dos equipamentos de proteção individual aos nossos Bombeiros e a IPSS's que assim necessitem e no apoio logístico ao Pavilhão Multiusos que tem atualmente o Centro de Vacinação Municipal de Odivelas. Ao nível das Cidades Resilientes, também está patente neste orçamento, subscrevemos o novo projeto *Cidades Resilientes 2030*, fizemos até agora parte da coordenação do Grupo de Trabalho 3 da Subcomissão da Plataforma Nacional para a Redução de Riscos e Catástrofes, que foi recentemente transferida em Matosinhos para outros municípios. Continuaremos as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, assim como o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários com cerca de 1.2 milhões de euros. Faremos também as reuniões que se impõem do Conselho Municipal de Segurança, assim como da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para continuarmos a avaliar periodicamente a situação da segurança em Odivelas e também o estado de defesa da nossa floresta. Daremos formações sobre o novo Regulamento Municipal do Uso do Fogo, que também terá grande utilidade na prevenção dos incêndios rurais e florestais. -----

Ao nível do Serviço de Veterinária Municipal continuaremos com a recolha e adoção dos animais errantes; continuaremos o nosso plano de cirurgias, castrações, esterilizações e outros procedimentos veterinários, animais errantes e contentor, sempre centrados em ajudar as pessoas com mais baixo rendimentos que é esse o propósito do nosso consultório veterinário municipal. Ao nível do plano de ação educativa e da sensibilização das crianças e jovens, continuaremos com as formações no 1.º ciclo para ensinar as crianças como devem tratar e cuidar dos seus animais domésticos, com as ações de sensibilização contra o abandono animal que ainda recentemente produziram bastante efeito com a nossa campanha de sensibilização; continuaremos a trabalhar em conjunto com as nossas, mais de trinta, cuidadoras no Programa Gato para conseguirmos, embora ainda num futuro longínquo, acabar com os animais errantes no concelho de Odivelas porque à medida que os vamos esterilizando e devolvendo às colónias com a sua esperança média de vida chegando ao fim não procriarão mais e a tendência é acabar com os animais errantes, a Holanda começou este trabalho há 40 anos e já conseguiu esta proeza. -----

Continuaremos ainda, ao nível da Divisão de Transportes e Oficinas, com a renovação da frota da câmara municipal de Odivelas, sempre de olhos postos na redução dos consumos e na redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o nosso planeta. Continuaremos a transportar os munícipes com deficiência através do nosso programa de apoio escolar, continuaremos no apoio às escolas, clubes e outras associações com a cedência de transporte municipal sempre que solicitado para o efeito e continuaremos ainda a transportar os munícipes com mobilidade reduzida para o centro de vacinação municipal. Estas são algumas das propostas que temos para executar no orçamento de 2022, certamente

muitas ficaram por dizer, mas não querendo monopolizar o espaço de reunião, Sr. Presidente, era o que me competia.” -----

**O Senhor Vereador Fernando Paínho** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Permitam-me um comentário prévio, mas não resisto às minhas memórias e esta reunião fez-me deslocar ao ano de 1973, onde o slogan do regime de então era evolução na continuidade. -----

Não faço obviamente qualquer comparação com Partido Socialista e aqueles tempos, mas de facto quando estas memórias nos ocorrem é porque há qualquer coisa que se passa, mas foi isso exatamente que me veio à memória e sabemos que depois disso, um ano depois, tivemos a rutura e tivemos, felizmente uma rutura. -----

Quando analisamos o Orçamento e as GOP, há desde logo uma questão que deve ser tida em conta. Os documentos que nos são apresentados não estiveram sujeitos a qualquer tentativa de discussão ou negociação prévia que visasse tanto quanto possível fazer neles entroncar a reflexão sobre a política e a vida do nosso concelho de outras forças políticas. -----

**Assim sendo, estes documentos ... refletem em absoluto (e como foi aqui confirmado por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e todos os senhores e senhoras vereadores) é apenas a visão do PS que por eles se deve responsabilizar e deles deve prestar contas.** -----

Isto decorre, evidentemente, do quadro jurídico-institucional vigente que legitima uma tal atuação política, do mesmo modo que o referido quadro em nada obriga a que não se aponte no caminho de negociações e debates prévios. -----

Na realidade, entendemos que poderia ser de modo diverso e que dessa discussão aprofundada poderia resultar não só um melhor orçamento como igualmente opções de trabalho futuro mais e mais bem sustentadas, na medida em que seriam suportadas por um leque mais amplo de visões estratégicas. -----

**No fundo o PS sabe que os documentos em apreço serão aprovados pela sua maioria absoluta e como tal, esta reunião assume em grande parte um papel de formalidade democrática.** -----

Tem dito o PS que não confunde maioria absoluta com poder absoluto. Na realidade cabe questionar que papel reserva o PS nesta governação municipal às outras forças e o que temos assistido é que nada da ação governativa é partilhado e que é difícil encontrar pontos em que numa só autocrítica o PS venha questionar a sua própria atuação. -----

Responder-nos-ão que estão legitimados pelo sufrágio popular. -----

É verdade! Não se trata aqui de questionar a legitimidade, mas sim o modo de exercer essa legitimidade. De facto, praticamente 50% não legítima o programa do PS e na realidade, o que não é questão menor, 52,6% (se não falha a memória) nem sequer participa no sufrágio para as eleições autárquicas. Isto devia preocupar-nos coletivamente, mas não parece que tal questão encontre aqui eco, mesmo sendo, (o que é mais grave) e ainda por cima uma questão nacional. -----

Numa visão mais abrangente, acresce ainda uma cada vez mais notória incapacidade de atuação das governações municipais e aqui refiro-me a um quadro nacional (é obvio), em diversas áreas, progressivamente submergidas em transferências de competências raramente ou nunca acompanhadas de um justo envelope financeiro. -----

**O Estado Central vem de facto desconcentrando competências o que não é de todo a mesma coisa que um processo de descentralização, sujeito a sufrágio e aceite democraticamente.** -----

Costuma dizer-se nas áreas das finanças, que quem financia decide e, neste processo o financiador decidiu como bem lhe apeteceu, cabendo aos municípios apenas o protelar da decisão da qual obviamente não há recurso. -----

Vejamos alguns exemplos: -----

**Na área da saúde** assumiremos em breve as delegações de competências num quadro em que permanecem por resolver as questões centrais do acesso aos cuidados de saúde. -----

Por essa altura, estaremos ainda seguramente ante o espectro da falta de profissionais no SNS, o qual decorre da falta de coragem política de enfrentar interesses instalados, entre outros, a concorrência do setor privado subsidiado pelo Estado anualmente em cerca de 2300 milhões de euros e a imposição sistemática de um número clausulo que conduz a uma crónica carência de recursos humanos nas áreas médicas. -----

E assim se transferem para as autarquias competências na área da saúde, sem que as mesmas autarquias possam ter qualquer papel nas questões mais decisivas. -----

Arriscamo-nos mesmo a despendar avultadas verbas em novos Equipamentos de Saúde para que os mesmos fiquem quase desertos de recursos humanos e no final não prestem os serviços devidos. -----

**Mais de 29 000 utentes no nosso Concelho estão sem médico de família! É isso que de facto, ante as populações, vamos receber de transferências da Administração Central!** -----

Uma coisa fica clara, é que o Estado Central consegue dois objetivos: liberta-se de encargos e delega nas autarquias responsabilidades para as quais não lhes dá capacidade de atuação. -----

**Vejamos um exemplo paradigmático o da área da educação:** -----

No âmbito das delegações de competências foram assinados em 31 de julho de 2019 acordos relativos às Escolas Secundárias de Odivelas e Ramada. -----

O custo previsto para a requalificação da Escola Secundária de Odivelas era de 3,3 milhões de euros. De acordo com o estabelecido, o Ministério da Educação assume em três anos (2020, 2021, 2022) metade desse valor, cabendo à CMO os restantes 1,65 M€. -----

Quanto à Escola Secundária da Ramada, a CMO assumiria integralmente as intervenções de modernização, cabendo ao Ministério da Educação a emissão de pareceres sobre os projetos que a CMO apresentar. -----

Só, na Escola Secundária da Ramada prevê a CMO um investimento em 2022 e 2023 de cerca de 1 M€.

Na construção da nova Esquadra da PSP está previsto um investimento em 2022 de 2,35M€ ao qual acresce mais 700 mil para estacionamento e muros de sustentação na Rua Tomás da Anunciação. -----

Também aqui o Município se substitui ao Estado Central. -----

Poderíamos continuar por aqui fora, mas cremos que estes exemplos bastam para reflexão. -----

Estamos, pois, em nossa opinião, ante um modelo de governação que distorce os problemas e as realidades e como eleitos locais não nos devemos alhear de tal facto. -----

A estas problemáticas juntam-se ainda as decorrentes das políticas de baixos salários, que distorcem a atividade económica e que como muitas vezes aqui constatamos diminuem a capacidade de atuação dos municípios. -----

Existe ainda, como bem podemos constatar, uma complexa e paralisante teia burocrática que envolve a nossa atividade e a dos nossos parceiros sociais. (Uma nota muito rápida, em conversas com instituições de solidariedade social do concelho, às vezes o que a mim próprio me causa espanto, é como é que é possível haver tanta imaginação para criar burocracia adicional, poderia dar exemplos, mas vou abreviar).

Em contactos com entidades de solidariedade do nosso concelho comentamos como é possível tanta imaginação para criar burocracia adicional. -----

**Sabemos que os orçamentos não são elásticos e, como se costuma dizer, “se puxamos o cobertor para cima ficam os pés de fora”.** -----

Não por acaso algumas ações que correspondem a necessidades há muito identificadas estão previstas com verbas simbólicas ou mesmo não definidas. -----

Vejamos alguns exemplos: -----

EB 2/3 de Famões prevista desde 2007 como primeira prioridade continua a aguardar por melhores dias..., no entanto reconhecemos o esforço que está a ser feito na área da educação pela Câmara Municipal de Odivelas. -----

CURPIC – 10.000 € – sabemos que há outros projetos, mas qual é o andamento desses projetos? Quais são esses projetos? Quais são as reais expectativas? -----

Lares da 3.ª Idade – 5 000 € - um tema que nos é muito querido, temos um lar fechado, temos a sucessiva atuação da segurança social, de não aceitar ela própria de não aceitar competências (nesta área a não ser para fiscalizar, para criar burocracias e para lançar para cima das IPSS a resolução dos problemas) e unicamente de criar mecanismos de dificuldade. -----

Regeneração urbana na Pontinha e Póvoa 2000€ - isto não é nada! (regeneração urbana para a Pontinha e Póvoa é zero). -----

Pinhal da Paiã – 20.000€, fiquei agora esclarecido que é para a fase dos estudos. (É preciso mais, penso que estamos todos de acordo). -----

Construção do gatil e ampliação do Parque dos Bichos transitam no essencial para 2023. -----

Casa mortuária para Caneças - 2022 - 0 € -----

- 2023 – 100 000€. -----

- 2024 – 220.000€, o que poderemos dizer é que esperamos que não se prolongue ainda mais no tempo.

Jardim Botânico de Famões – 300€ o que significa que continuará ao abandono (ou vai desaparecer?)

Parque Urbano de Odivelas – 2022 – 100.000€. -----

2023 – 500.000€, quando prevemos que este Parque esteja efetivamente ao serviço da população? -----

Uma questão muito prática, quando é que prevemos que este parque esteja em funcionamento? É importante sabermos! Será em 2024, em 2025? Falemos em coisas concretas! Não estejamos sempre a falar em perspetivas. (vamos tentar concretizar) -----

Nas obras de reabilitação do Mosteiro: 2022 -1,1 M € -----

2023 – 1,5 M € -----

Sr. Presidente, -----

Nós associamos estas obras a uma despesa que temos, que é a das rendas municipais que rondam anualmente 700 (800) mil €. Temos as rendas do Mosteiro que são 23 200,00 € por mês ... que fique claro que a CDU apoiou a (transferência) a questão de o Mosteiro vir à posse municipal, (e que não arredamos e

continuamos a pensar que foi uma decisão correta) que não é essa a questão, mas até quando continuaremos a gastar verbas com os arrendamentos? -----

Mas quando é que pensamos que isto acaba (porque 800 mil euros por 4 anos são 3,2 milhões de euros) prevemos que esta questão das rendas acabe? (era isto Sr. Presidente vamos concretizar, vamos ver no tempo como as coisas evoluem) -----

Reabilitação de espaço público nas Patameiras – 35.670 €. -----

-Reconversão de Mercados Municipais – 200 € isto não é nada! Significa, na prática, que continuamos a não dar a devida atenção (à necessidade de reconversão e importância desses espaços, para a reestruturação da própria urbanidade dos sítios) -----

Uma outra questão que parece não estar equacionada (e a intervenção do senhor vereador João António confirmou isso) liga-se com a localização da Proteção Civil Municipal. -----

Como sabemos a PC está numa rua sem saída. No caso, por exemplo, de uma catástrofe com origem num sismo, corremos o risco de a Proteção Civil ficar bloqueada. -----

Parece-nos importante equacionar a mudança de instalações da Proteção Civil e não julgamos que esteja prevista alguma ação. Nós temos tido sorte, mas a AML não deixa de ser uma zona de elevado risco sísmico. -----

Passemos uma breve revista sobre a decomposição das receitas fiscais cuja previsão de montante aponta para 41,1 M €. -----

Podemos observar que o maior aumento se situa no IMT (+14%). Destacamos esta rubrica pelo seu significado real. Esta variação está em consonância com um desenvolvimento urbanístico que consideramos excessivo e muito prejudicial para o futuro. -----

No mandato passado trouxemos a nossa análise sobre as Freguesias da Póvoa e Ramada. No total teremos aí ainda cerca de mais 3000 fogos previstos. Como mostrámos, em particular na Ramada, parece que tudo o que é ainda espaço disponível será ocupado com mais e mais construção. O tema do desenvolvimento urbanístico separa-nos claramente das opções estratégicas do PS, como vincadamente temos afirmado. -----

Seria interessante que o Sr. Vereador com o pelouro nos esclarecesse como será em freguesias tão sensíveis como Famões, trazendo aqui para discussão o que se vai previsivelmente passar no futuro. Analisando à realidade atual o que se passa com a freguesia de Famões? Foi um estudo que nos foi prometido pelo Sr. Vereador Paulo César, mas como ele não está cá agora, é um aspeto que deixo agora ao Sr. Vereador que é ver o que está previsto para Famões, (em relação aos compromissos já assumidos o que é que estamos a pensar) são mais 2 mil, 3 mil, 4 mil fogos, qual é a situação? -----



Como temos afirmado o Concelho de Odivelas tem dentro de si enormes desigualdades sociais e territoriais que urge combater. -----

**Não entendemos da análise que fazemos dos documentos em apreço que essa seja claramente uma prioridade assumida.** -----

Não o é, por exemplo, no tratamento dos espaços intercalares urbanos. -----

É facto que em áreas como a habitação se estão a tentar dar alguns passos. -----

É facto que, como fomos informados, parece que a preocupação com os chamados bairros do Governo Civil, ganhou finalmente forma de um grupo de trabalho conjunto com outras entidades. -----

Esperemos e fazemos votos que esses trabalhos sejam produtivos e se enquadrem numa perspetiva de combate às desigualdades e também de um desenvolvimento harmonioso de toda aquela zona. -----

Naturalmente que valorizamos a concretização de algumas obras que há muito são reclamadas, como no sistema viário, previsão da conclusão a concretização da T14 e a ligação na Heróis de Chaimite. -----

Como é óbvio em documentos com esta dimensão existem ações com que estamos de acordo e subscrevemos. -----

**Gostaríamos de vincar, contudo, que em muitos pontos e no que respeita à definição de prioridades, este é um orçamento e um plano que não corresponde às nossas orientações estratégicas, pelo que obviamente a nossa posição será a de votar contra.** -----

Nos exatos termos em que realizamos a análise destes documentos, sem qualquer debate prévio, fica claro que o que aqui trazemos não poderá ser outra coisa que um exercício difícil, mas legítimo de análise, sabendo antecipadamente que o mesmo não terá qualquer eco na ação prática governativa, a qual parece começar a padecer de um certo enclausuramento a que o PS não consegue fugir. -----

Como sabem, na CDU não fazemos oposição porque assim está convencionado! -----

Não subscrevemos a entrega de terrenos municipais para que os privados os explorem e ainda por cima sem contrapartidas minimamente aceitáveis para a população do Concelho. Falamos evidentemente do que se passa nos terrenos do Porto Pinheiro e nos Jardins da Amoreira. -----

Não podemos aceitar que os terrenos do Complexo Desportivo de Porto Pinheiro continuem entregues ao SJPF e que a CMO se demita de apresentar para ali em parceria com as coletividades locais o seu próprio projeto. -----

Não concordamos que nem uma só área construída do Mosteiro seja destinada a funções de índole social.

**Estes documentos que agora analisamos refletem a visão política estratégica do PS para o nosso Concelho, visão essa que como já dissemos em termos gerais, não compartilhamos, como**

**igualmente não compartilhamos um quadro mais geral da ação governativa municipal que parece evitar o confronto mais que necessário por vezes com as determinações do governo central. -----**

Nos próximos tempos a questão da rede de metropolitano, incluindo a definida como Metro Ligeiro de Superfície, merece a melhor atenção de todos os eleitos nesta Câmara. -----

Sendo de todos conhecida a nossa posição contra o corte da linha amarela importa, contudo, começar a analisar o desenvolvimento do projeto de metro ligeiro, até porque ele terá impactos fortíssimos na estruturação do Concelho. -----

**Permitam-nos que aqui deixemos o repto para a criação de uma comissão conjunta com elementos de todas as forças políticas representadas nesta Câmara, para o acompanhamento dos desenvolvimentos desse projeto. -----**

Aliás, convém lembrar que não será pedir muito já que as verbas consignadas nos documentos em apreço de cerca de 1,1 M€. -----

Sr. Presidente; -----

Sras. e Srs. Vereadores: -----

As razões aduzidas anteriormente justificam de modo muito sucinto a nossa posição de voto. -----

Para nós é hoje claro que a atual maioria absoluta do PS, não encontra disponibilidade para um debate mais profundo e alargado com as restantes forças aqui presentes. -----

A maioria absoluta transformou este debate (que hoje aqui estamos a realizar) numa mera formalidade democrática o que lamentamos profundamente.” -----

**A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Bom dia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, funcionários municipais, público que acompanha esta reunião, através do Youtube. Da apresentação que o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores fizeram sobre as linhas gerais do orçamento 2022, destacaria uma palavra – Continuidade. Este é o orçamento municipal que dá início a um novo mandato autárquico. Esperar-se-ia, para além da continuidade, a colocação como prioridade municipal de investimento em projetos fundamentais para o Concelho. Temos uma declaração de voto que de uma forma mais detalhada identifica os investimentos que o PSD considera continuarem adiados e identifica como prioritários para a transformação do Concelho. Tenho, contudo, algumas matérias que gostaria de ver clarificadas, uma vez que da leitura dos documentos e da análise dos números que fizemos, não foi possível concluir se são ações previstas ou não no investimento municipal para 2022. Relativamente ao plano de mobilidade aprovado recentemente nesta Câmara Municipal, um

plano ambicioso que contempla as diversas vertentes que integram a mobilidade, gostaria de perceber em concreto, das necessidades identificadas para o território que ações em concreto em 2022 se propõe a Câmara Municipal iniciar, nomeadamente em duas áreas: estacionamento e melhoria das condições de circulação pedonal e ciclável. Que novos espaços de estacionamento e que reordenamento do estacionamento em Odivelas se prevê? Assistimos por toda a Europa e em Portugal a ações concretas que visam a libertação do espaço público de viaturas e a devolução desse espaço aos peões, visando a criação de condições para que as pessoas tenham formas alternativas de mobilidade, que não se podem apenas encerrar na oferta clássica de transportes públicos e no transporte individual. A oferta de mobilidade não pode passar apenas pelas formas tradicionais de transporte público motorizado. Para isso é fundamental a reabilitação do espaço público, é fundamental criar condições para que quem queira fazer a pé deslocamentos possa fazer em segurança, coisa que no nosso Concelho não é possível em muitas zonas. Situações que nos últimos anos fomos sempre identificando aqui em Reunião de Câmara e muitas delas identificadas por Municípios, alertando para a falta de segurança. Percursos a pé, que são perfeitamente viáveis e que estão identificados no plano de mobilidade com a duração entre os 15 a 30 minutos. O Sr. Presidente na sua intervenção referiu-as de forma muito sucinta, gostaríamos de perceber concretamente em que medida irão avançar essas ligações que estão identificadas no plano de mobilidade, bem como, as questões do estacionamento, esta é uma das questões que gostaríamos de ver esclarecidas. Relativamente às questões da vertente nascente foi referida a conclusão da via de ligação, no Bairro Cassapia. Gostaríamos de perceber para além disso, o que está previsto para essa zona do território, uma zona profundamente desqualificada do Concelho. Uma zona que tem sido considerada “as traseiras” da intervenção municipal. Qualquer deslocação ali faz-nos duvidar que estamos à porta de Lisboa e que estamos num país europeu. Quando é que se perspetiva arrancar com a regeneração desta parcela de território? Que ação municipal está prevista para alterar as condições de quem ali vive. Outra questão sobre a qual gostaria que o Sr. Presidente se debruçasse é a descentralização de competências. Na sequência da legislação aprovada, temos vindo sucessivamente a votar contra a assunção das competências que estão previstas vir para gestão das autarquias, no pressuposto de que as transferências orçamentais são insuficientes face aos encargos que decorrem das transferências. Certo é que, se outra legislação não for publicada, entretanto, em princípio de abril as competências transitarão para a Câmara Municipal de Odivelas. Gostaríamos de perceber porque tal não foi possível por via da análise dos documentos, qual é o impacto orçamental que isso terá, nomeadamente no domínio da gestão dos Centros de Saúde: manutenção dos edifícios, limpeza, gestão do pessoal. Também no domínio da área da Ação Social. Estão previstos estes encargos no orçamento para 2022? Em relação à questão da habitação, foi com agrado que vimos previsto no orçamento a construção de novos fogos, bem como a reabilitação de fogos. Depois de 4 anos em que esta foi uma área completamente negligenciada no orçamento municipal, recuperar o tempo perdido não é possível, mas pelo menos exige-se não perder a oportunidade de investimento aberta pelo PRR, com

investimentos a 100%, mas com prazos de execução exigentes. Uma oportunidade a não desperdiçar, que surge décadas depois do Plano Especial de Realojamento de 1993. Para além da construção de novos fogos prevista, diminuta face aos números da Estratégia Local de Habitação - 320 famílias a apoiar por parte da autarquia – considerando o tempo demorado de concretização destes fogos, que outras medidas de política de habitação estão previstas neste orçamento? Gostaríamos de ver previsto um programa de apoio ao arrendamento destinado a pessoas que têm alguma capacidade financeira para arrendar habitação, mas que não conseguem pagar os preços de mercado. Em diversas Câmaras Municipais existem programas desta natureza, deixamos aqui essa proposta, considerando a ausência de respostas municipais em matéria de habitação. Por fim uma questão que não vimos vertida nos números deste orçamento tem a ver com o apoio ao nosso tecido social. As verbas do PAMO estão reforçadas mas o PAMO pela sua natureza é um regulamento de apoio municipal à atividade regular das associações que intervêm no domínio do social, do cultural, do desportivo, da juventude. Não é a vocação do PAMO permitir apoios que façam a diferença na criação de novos equipamentos. Gostaríamos de perceber se a Câmara Municipal vai continuar refém à espera de respostas que o Ministério não tem dado, nem no domínio do PARES, que dispõe de uma verba irrisória, nem no domínio de outras atuações que permitissem mitigar a escassez de equipamentos para idosos e crianças em idade de creche. A pergunta que fazemos é se a Câmara Municipal está disposta a apoiar do ponto de vista financeiro as instituições do Concelho que tenham condições para avançar para a construção de equipamentos de raiz, no sentido de uma vez por todas conseguir responder às necessidades em áreas tão sensíveis como as que referi.” -----

**O Senhor Vereador Marco Pina** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Obrigado, Presidente, bom dia, cumprimentar a si e a todos os presentes na sala. O PSD fará daqui a pouco uma apreciação deste documento orçamental, contudo, gostaria de fazer algumas questões relativamente a algumas áreas nesta fase inicial. Relativamente às duas áreas que são bastante importantes, apesar de uma delas, a segurança, em que nós, Câmara Municipal e o Sr. Presidente usar muito aquilo que são alguns dados da polícia de Segurança Pública referente à Segurança em Odivelas, o que é certo é que, a mesma muitas vezes é colocada em causa e não podemos estarmos suportados naquilo que são os documentos trazidos pela PSP, temos de fazer face aquilo que é a realidade do nosso dia-a-dia e por isso mesmo é uma área que a Câmara Municipal deverá olhar com alguma equidade porque é sensível e merece atenção. Nesse sentido recordo-me que há cerca de 4 anos, durante a elaboração e a apreciação de um documento, também ele de gestão aqui nesta Câmara Municipal, o Sr. Presidente falou sobre um investimento de cerca de 400 mil euros numa esquadra do nosso Concelho que arrisco dizer porque efetivamente a Polícia também o diz desta forma o Comando Metropolitano de Lisboa também o menciona, seguramente é uma das esquadras mais desqualificadas do País, não só da área metropolitana

mas do País, que é a Esquadra da Pontinha e que o Sr. Presidente anunciou cerca de 400 mil euros de investimento nessa esquadra há cerca de 4 anos, mas até hoje, esse investimento, não se realizou e não vislumbro que esteja previsto alguma intervenção nesse espaço. Outra situação prende-se também com aquilo que é e já, que estamos a falar do orçamento, estamos a falar de plano de atividades e por isso mesmo, a esquadra de Odivelas há tanto tempo falava com tantos avanços e recuos, gostaríamos de saber, no âmbito do plano de atividades, o que vai acontecer a esta esquadra num curto espaço de tempo, porque assim se impõe. -----

Outra área que gostaríamos de ver algum tipo de sensibilidade também, até porque, outras autarquias já o têm feito é na área da saúde. Com a questão da ausência de médicos de família em Odivelas, são milhares de pessoas que continuam sem médico de família e nós sabemos porque há municípios que recorreram a outro tipo de mecanismos para “aliciar” alguns médicos sediaram-se no território e não percebo se, neste orçamento, está previsto algum tipo de mecanismo para que os médicos de família possam se sediar em Odivelas com algum tipo de aliciamento, neste caso, como é óbvio através de suplementos que possam ser atribuídos a estes médicos e por isso mesmo gostaria de perceber, no âmbito deste orçamento se está ou não contemplado algum tipo de política que faça sentido, neste caso, para que possa fazer sentido para os médicos se sediarem em Odivelas e com isto colmatar aquilo que é a ausência de médicos de família em Odivelas”. -----

**O Senhor Vereador Nuno Beirão** proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto**. --

**A Senhora Vereadora Susana Santos** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Obrigada, Senhor Presidente, responder a algumas das questões que me foram colocadas. Relativamente à questão da descentralização de competências na área da Ação Social, nós estamos, naturalmente, a preparar todos os cenários. De certa forma, tem muito mais a ver com a afetação de recursos humanos do que com as prestações sociais, essas são as que estão vertidas e, portanto, o cálculo daquelas que estão a ser pagas pela Segurança Social. Mais uma vez nós pediram para indicar os pontos focais, nós indicámos, colocaram-nos questões relativamente à questão dos Recursos Humanos da Câmara Municipal para esta área, colocaram questões relativamente aos equipamentos informáticos para esta área, que nós respondemos também, portanto, esperemos conseguir chegar a um melhor porto, não ao porto ideal, mas a um melhor porto com a Segurança Social. -----

Relativamente à questão da habitação, nós estamos a preparar os Projetos, estamos a preparar os Loteamentos e estamos a preparar também aquilo que será mais rápido e que poderemos acelerar para irmos mais facilmente às questões do PRR: as aquisições e o arrendamento para subarrendamento. Estamos, também, a preparar, durante este ano e assim que possível virá aqui a reunião de Câmara um

novo Regulamento de Habitação Municipal que contempla, não só, a questão do arrendamento apoiado, como também o apoio ao arrendamento acessível. Traremos, logo que possível, a esta reunião de Câmara. Estamos a prever lançar este Programa para 2022, teremos de tratar do Regulamento, teremos também de tratar da Bolsa de Arrendamento. -----

Relativamente à questão do apoio ao tecido social, nós temos, no Orçamento, os nossos compromissos, que têm de ser pagos, porque as obras já se iniciaram, estes, estão vertidos. Temos as rubricas abertas para podermos injetar a verba, logo que for possível, e esperemos que seja no âmbito do PARES 3.0. Estamos também a desenvolver, com as IPSS's, esperando os resultados do PARES 3.0, as necessidades de candidatura ao PRR social, sendo que a Câmara Municipal, também se encontra a avaliar a possibilidade de candidatura, uma vez que este Programa abre a porta para que as Autarquias também possam efetuar candidaturas, quer na área da infância, quer na área da terceira idade. Senhor Presidente, penso que respondi a todas as questões. Muito obrigada. " -----

-----  
**O Senhor Presidente** prestou os esclarecimentos tidos por convenientes que seguidamente se transcrevem: -----

-----  
"Espanta-me ver o discurso do CHEGA, tão próximo do discurso do PCP, quando eu tive oportunidade de receber o senhor vereador Fernando Paíño e onde as propostas que o Senhor Vereador trouxe para reunião do estatuto de oposição foram iguais a zero. -----

Quero dizer que recebi da sua parte uma proposta na sexta-feira às 11:26 da manhã, menos de 24 horas antes da realização desta reunião, sobre um assunto, que é um assunto anual, recorrente, regular, periódico e reconhecido, que é a proposta de derrama para o município. Além de estar fora de prazo, mas que democraticamente colocarei à apreciação, como já o fiz no passado, porque também muitas vezes é próprio do executivo e eu próprio trago processos que não conseguimos trazer em tempo útil, no entanto, não é o caso, é o caso de um imposto municipal que anualmente é deliberado. -----

Por isso, quero dizer que dei uma oportunidade, informei da reunião de câmara sobre estes instrumentos previsionais e, portanto, é fácil chegar aqui e dizer que não houve debate, que não houve partilha, que não houve tentativa de sujeição prévia, negociação e de debate, quando o que foi apresentado pela CDU foi igual a zero. -----

É importante que fique claro que foi realizado o debate no âmbito do estatuto da oposição, respeitando, naturalmente, quem apresentou propostas, e foram vários partidos, muitos dos quais não têm representação neste executivo municipal, mas que legalmente têm esse direito legítimo, assim como outros que não quiseram fazê-lo, com todo o seu direito. -----

Penso que essa fase de auscultação prévia e de debate foi um período que decorreu e para o qual recebemos algumas propostas de alguns partidos, algumas propostas que se encontram vertidas nos

documentos, outra que nem tanto, portanto, foram contempladas de acordo com aquilo que são as opções municipais e de quem governa. -----

Gostava de deixar bem claro que esta tentativa de dizer houve alguma castração, digamos, na liberdade da apresentação de propostas, na análise das mesmas não corresponde, de todo, à realidade. -----

Relativamente aos projetos do Parque da Cidade e do Mosteiro de São Dinis, é importante explicar que nós recebemos o mosteiro sem qualquer documento, sem qualquer planta, sem qualquer cadastro, seja ao nível das infraestruturas, seja ao nível das várias especialidades, águas, esgotos, eletricidade, planos de segurança, etc. E, por isso, houve e há necessidade de desenvolver todo um conjunto de trabalhos preparatórios, nomeadamente trabalhos ao nível de arquitetura, ao nível de projeto, indispensáveis a poder concretizar essa mesma realização. -----

Por exemplo: houve recentemente uma reunião com a ANPC no sentido de que corresponda à proposta integral, possa corresponder, como disse a um plano de segurança da totalidade do edifício, não obstante ele ter várias valências e várias entidades, possa ser definitiva e verdadeiramente efetivamente aprovado. --  
Quero deixar claro que nós temos aqui cinco ou seis vertentes que se articulam. -----

Em 1º lugar, a questão do Centro Interpretativo do Mosteiro de Odivelas, cujos relatórios vêm regularmente e que o Senhor Vice-Presidente faz questão de trazer esses relatórios do grupo de trabalho e cujos trabalhos são públicos, são conhecidos. Temos vindo a investir também ao nível da Igreja, agora com a recuperação dos retábulos, com a recuperação das madeiras, com todo o investimento que tem vindo a ser feito. -----

Relativamente à situação dos serviços municipais, e falo da segunda vertente, nós temos o estudo prévio pronto, estamos neste momento a desenvolver o concurso para o projeto de execução, porque também os projetos de execução, face ao seu volume, até financeiro, obrigam a próprios concursos para a realização do projeto de execução. O próprio projeto de execução não é adjudicado de forma, digamos, direta. -----

Quero por isso dizer que se encontra em curso, baseado no programa e no estudo prévio, a realização das peças procedimentais, dos cadernos de encargos, dos programas de concurso para a concretização do projeto de execução dos espaços onde funcionarão os serviços municipais. -----

Relativamente à questão quer do ISCTE quer do ISCE, quer do Conservatório de Música, o ISCTE tem praticamente o projeto fechado, ascende a quatro milhões de euros, apresentou uma candidatura ao PRR no âmbito dos alojamentos universitários. O mesmo aconteceu com o ISCE, que está neste momento também já numa fase avançada dos seus projetos de especialidades. Isto é, definidos os espaços e esclarecidos alguns dos aspetos relativos à organização e à funcionalidade das próprias instituições, neste momento encontra-se também em estado avançado, conforme disse, o ISCE também apresentou uma candidatura no âmbito do PRR e em terceiro lugar, o Conservatório de Música Dom Dinis, que não tem tantos trabalhos, tantas as obras para realizar, cujo espaço já se encontra até bastante dimensionado para aquilo que é a realidade do Conservatório e daquilo que é a natureza da atividade que disponibiliza e dos

serviços que disponibiliza que, no fundo, tem todas as obras de requalificação, beneficiação e de adaptação. Portanto, de acordo com aquilo que o Conservatório nos disse, portanto, não apresenta grande dificuldade e cujas entidades encontram a ser uma forma geometricamente rigorosa, analisada com o nosso Gabinete de Planeamento Estratégico. -----

Quero dizer-lhe que há um tempo para pensar, há um tempo para executar, a nível de projetos e, no fundo, toda a parte, digamos, de planificação do espaço, e há o momento depois de concretizar. -----

Depois destes trabalhos, há ainda concursos, quer da nossa parte, quer por parte das entidades, para a realização da obra, mais, as entidades também, e algumas, para não dizer todas, estão sujeitas à contratação quase pública, e até beneficiando de fundos comunitários, terão necessariamente de justificar a natureza e a fonte desses investimentos, bem como todo o processo de contratação. -----

Quero acreditar que em 2022 relativamente ao Mosteiro e relativamente ao Parque da Cidade, Parque da Cidade esse que se encontra também em elaboração dos cadernos de encargos para a realização dos projetos de execução. Só os projetos de execução para o nosso Parque da Cidade e para o talude, provavelmente ascenderão a cerca de setecentos e cinquenta mil euros, face à especificidade e natureza. -- Estamos com uma entidade, e posso dizer que é a Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas, a elaborar o caderno de encargos e o programa do concurso para o concurso das especialidades, não obstante o estudo prévio ser já de uma grande profundidade e estar bastante bem executado, o que facilitará depois a contratualização. Agora reparem, estamos a falar de concursos públicos, concursos públicos que vos digo que lançámos um concurso para reabilitar a loja do turismo no Strada e ficou deserto. Lançámos um concurso para a fazer uma via de ligação ali da Avenida dos Bombeiros Voluntários à Rua Dário Canas, ao outro lado do rio e ficou deserto já por duas vezes. -----

A isto temos assistido regularmente em todos os concursos, porque as empresas são poucas, têm muito trabalho, existem às vezes concursos mais aliciantes e mais desafiantes do que pequenas intervenções com muitas minudências e com pouco volume, digamos, financeiro e, portanto, esta é outra das questões. -- Quer o Parque da Cidade, quer relativamente ao mosteiro, eu acredito que o ano 2022 seja o ano de fechar toda a parte de projetos de especialidade, dos projetos mais finos, para que, em 2023, possamos lançar os concursos, no primeiro semestre. -----

Por isso, respondendo, quero acreditar que no ano de 2023 estaremos em obra e, portanto, podendo estar no usufruto, assim haja concurso, assim as empresas concorram, assim não existam problemas com esses mesmos concursos para a realização desses investimentos e, portanto, acredito que os anos de 2022 e 2023 serão para a execução dos projetos de especialidades necessários e imprescindíveis, que serão necessários para o lançamento dos concursos públicos para a concretização destes mesmos projetos nas várias vertentes, sejam elas na envolvente do edifício, sejam elas dentro do edifício pelas várias entidades, mas, no entanto, com certeza que iremos já dinamizar bastante a atividade no interior do nosso mosteiro, até porque a obra de intervenção ao nível dos claustros se encontra já bastante avançada e a igreja já se

encontra a ser utilizada por algumas entidades, no âmbito também do culto religioso e também vamos preparar até o nosso concerto de ano novo lá com o Conservatório, o tradicional concerto. -----

O ano, não sendo ambicioso, e é por isso que estou com toda esta cautela daquilo que estou a afirmar, o ano de 2022 e 2023 serão necessariamente para concretização dos projetos de execução, lançamento dos concursos para a execução dos mesmos, e depois para o lançamento das respetivas empreitadas. Estamos a falar de um volume bastante considerável. -----

Relativamente aos mercados, Senhor Vereador, é verdade, não escondo, nós temos essa verba tão residual apenas para podermos ter essa rubrica aberta, com certeza que a substituição do fibrocimento no Mercado de Caneças é uma prioridade, e com certeza que a definição do futuro para o Mercado de Odivelas, que estamos a ponderar e estamos a fazer um levantamento sobre qual o caminho que iremos levar por diante, em articulação, necessariamente, com a Junta de Freguesia, que é a entidade que está a fazer a gestão e exploração do espaço, com certeza que temos essa intenção, nomeadamente quer ao nível do Mercado de Caneças, conforme disse, na substituição da cobertura em fibrocimento, que é das poucas instalações que temos ainda com esse tipo de material, quer ao nível aqui do Mercado, com um projeto que possa ter outra ambição e outra envergadura. -----

Relativamente ao IMT, Senhor Vereador eu aqui só tenho de lhe responder que, não somos nós que estamos a estimar mais 14%, são os cálculos dos últimos vinte e quatro meses que o estimaram, portanto, mesmo num momento de crise e mesmo num momento, em que passámos praticamente, ou que vamos fazer em março dois anos de uma situação pandémica, o comportamento do IMT do Município de Odivelas foi bastante dinâmico e foi bastante regenerador, digamos assim, e daí essa expectativa, por isso, quero informá-lo que não depende de modo algum de nós a concretização desses números, depende das dinâmicas do mercado, e do mercado imobiliário, neste caso concreto. -----

Relativamente àquilo que foi referido também pela Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes, existem em curso, neste momento, alguns parques de estacionamento dissuasores, estou a dar o exemplo da Póvoa chamada Póvoa Velha, por exemplo, o parque de estacionamento junto à zona do Monsenhor, encontra-se prevista na zona do Chapim, a construção de dois parques de estacionamento dissuasores, em particular, onde é o terreno cedido para a Igreja da Codivel, será criada, no topo superior, digamos, uma zona de estacionamento, bem como no Bairro do Chapim estão a ser estudadas várias soluções, algumas de fluidez de trânsito, já foi implementada uma rotunda, irá ser outra brevemente, também ali naquele bairro. São soluções de estacionamento que beneficiarão os peões. Falo também, por exemplo, no terreno a sul da igreja de Ramada, onde está projetado também um parque de estacionamento para consolidar aquilo que é hoje um terreno, digamos, temporário, que é utilizado para esse efeito, mas aqui ao nível da cidade de Odivelas, nós temos vários projetos que estão a ver a luz do dia e repare, eu vou dar este exemplo, se nós formos agora ao estacionamento da Unidade de Saúde Familiar de Odivelas, provavelmente aquele parque de estacionamento não está a ser utilizado na totalidade. Tenho feito essa experiência, tenho passado por

lá diversas noites, quer de forma diurna quer noturna, abundam lugares de estacionamento para as pessoas. Não sei se os moradores preferem ter os carros à porta em cima dos passeios, não sei se, afinal, a oferta é mais para a dinâmica diária de uma cidade, mas verifico que à noite, até porque o espaço é bastante bem iluminado pelo que as questões de segurança não se colocam. -----

Podia dar aqui mais um ou dois exemplos. Sei, por exemplo, ao pé quase da passagem da Ramada Odivelas, que é o topo superior também do Chapim, temos prevista alguma requalificação para a criação de lugares de estacionamento, etc. -----

A concretização da situação das ciclovias é obrigatória, até porque foi no âmbito das candidaturas ao fundo ambiental, tem prazos, vamos fazer a ligação de Odivelas à calçada de Carriche, pegar naquela ponta que ficou ali suspensa junto a uma ponte de madeira que foi lá colocada, temos também a construção da ciclovia que liga a Pontinha à Amadora e esse é um projeto para concretizar. Temos apenas aqui um senão que é o projeto de ligação da ciclovia de Loures a Odivelas com a questão, depois, do metro ligeiro de superfície, tem que ser alterada necessariamente, até pelo próprio circuito. -----

Senhora vereadora, a vertente nascente tem tido investimento público, quer em termos de espaço público, quer em termos de investimento em melhoria das condições de acessibilidade grande. Nós fizemos o ano passado e há dois anos perto de meio milhão de euros de investimento naqueles bairros, está mesmo em concretização a ligação da via de acesso. A questão é que é difícil, face à orografia do território, face às condições existentes e às construções existentes conseguir promover melhor qualidade de vida em algo que tem um declive tão acentuado em algo que, portanto, tem dificuldades estruturais, que têm vindo a ser corrigidas ao nível até dos serviços municipalizados com ligações de esgotos e outras que já não ocorrem a céu aberto, como era conhecido, etc, etc. -----

Há agora uma segunda fase que estamos a implementar até com arranjos que estão previstos este ano na zona do regueirão, também ao nível do espaço público. Com certeza que pavimentando as ruas como estamos a fazer, fazendo vias de ligação que melhoram a mobilidade dentro do bairro e a circulação e promovendo também melhor limpeza, era que me estava a faltar. Temos feito bastante limpeza dos terrenos e incentivados os particulares que a façam também porque eram zonas também de encosta, onde muitas vezes se verificaram até alguns focos de incêndio evitáveis necessariamente. -----

Relativamente ao Senhor Vereador Marco Pina, aqui é que eu não tenho muito boas notícias, o Senhor Vereador parece que acertou em duas ou três questões para as quais não tenho notícias com grande lamento. -----

Quero dizer-lhe que estive com os senhores Diretores Municipais numa reunião há sensivelmente um mês, no Ministério da Administração Interna, com o senhor ex-Ministro, com o senhor Secretário de Estado e Adjunto da Administração Interna e com o senhor Diretor Nacional da PSP. Fomos recebidos para tratar de três ou quatro assuntos relativamente ao concelho. Relativamente à Divisão Policial, quais são as más notícias (está ali o senhor Diretor Municipal, caso pretenda algum esclarecimento mais técnico)? Houve um

atraso que houve nos projetos, eu próprio justifiquei e até não utilizei esse aspeto até eleitoralmente, o que é certo, é que os projetos delongaram-se mais de um ano, justificado pelo COVID-19, justificado porque há vários projetos de especialidades inerentes que estavam a ser feitos, o que é certo, é que agora foram recebidos os projetos, foi, portanto, eu próprio tive oportunidade de dizer aqui e até na Assembleia Municipal que já tínhamos remetido o projeto final para a avaliação da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, o que é certo, é que carregaram no último botão e saíram nove milhões de euros. A estimativa de custos eram seis milhões. Há aqui várias razões, o senhor Diretor Municipal poderá justificar isto caso pretenda. -----

Em primeiro lugar, o programa elaborado pela PSP que prevê, por exemplo, dois pisos de estacionamento enterrado prevê uma estação de lavagem para as viaturas da PSP, veio agravar significativamente os custos do projeto. -----

Em segundo lugar, o terreno e a localização que tem obriga a fundações indiretas, o que também agrava os custos da sua instalação. -----

Em terceiro lugar, verificou-se, e atenção que estamos a falar acerca de um mês atrás, um acréscimo de quase 30% dos custos de construção do metro quadrado. -----

Em quarto lugar, ainda um outro aspeto que o senhor engenheiro me transmitiu que também acresceu aos custos existentes, ou seja, era impensável construir-se uma Divisão Policial de nove milhões. Quero dizer que é a grande frustração da parte do MAI, da parte da PSP e nossa então ainda maior, até porque fomos nós que pagámos os projetos de especialidades. Já me recorde: é que hoje as instalações públicas obrigam a certificação A+ ou A++, como diz o senhor engenheiro e, portanto, nós temos que ter quase a nata ou o topo a nível de AVAC, a nível de planos de segurança, a nível de tudo o que é revestimentos, acústicas, térmicas, porque isto vem encarecer, portanto, estas quatro variáveis conjugadas. -----

Qual é o nosso lamento? É que esta é uma verba que está consignada para Odivelas, o projeto existe, está na lei de programação e meios, não existe qualquer falta de vontade, pelo contrário, o Estado até fica bastante, digamos, frustrado por não conseguir executar vários investimentos pelas diversas razões. Sei que houve duas Divisões Policiais, uma no Norte e outra no Sul, que também caíram por dificuldades do terreno, porque a autarquia não disponibilizou, num caso, noutro caso, até por dificuldades de execução do projeto e, por isso, aquilo que o senhor engenheiro me transmitiu é que no dia dezasseis, se a memória não me atraiçoa, há uma reunião com todas as entidades onde vão fazer um downsizing do projeto, isto é, o programa da PSP se calhar vai ter de encolher um pouco, as ambições vão ter de ser diminuídas e tentar fazer algum aproveitamento do projeto que foi feito, que demorou dois anos e meio. Estamos a falar entre o programa e o projeto de execução demorou dois anos e meio, para que nós consigamos não desperdiçar a verba do plano de programação e meios. -----

Quero dizer que para mim foi uma péssima notícia, até porque tive bastante cuidado até no período eleitoral, não falei de Divisão Policial. O projeto estava pronto, estava entregue na Secretaria-Geral do MAI,

estava a ser analisado pelos técnicos do MAI, cujas correções até não foram muito grandes para um projeto com uma dimensão, vejam, de nove milhões, o que é certo, é que, conforme disse e me transmitiu o senhor Diretor Municipal, o que foi dito lá é que nove milhões era um quartel, já não era uma Divisão Policial e, portanto, houve a obrigatoriedade de reduzir custos, vai haver esta tal reunião. -----

No fundo, agora temos um problema, é preciso fazer novos projetos, porque os projetistas fizeram aquilo que lhes foi pedido, agora é preciso reconfigurá-lo. Por isso, essa é uma má notícia. -----

A outra má notícia, aqui é a minha frustração, frustração de todos os autarcas, frustração dos próprios governantes. Estamos há um conjunto de anos, e eu e aqui o senhor Diretor Municipal tivemos um papel importante em desbloquear um triângulo virtuoso, triângulo quase das Bermudas existente nas instalações da Pontinha, entre o IRHU, a Direção-Geral do Tesouro e o Ministério da Administração Interna, graças também aos bons contactos que temos no IRHU, conseguiu-se desatar o nó e trazer o problema de três entidades para duas entidades. Acontece que existe no Ministério das Finanças, há muitos anos, por causa de um arrendamento de cento e cinquenta euros que a Direção Geral do Tesouro, portanto, está por desbloquear durante esse tempo. O MAI tem o projeto pronto, tem tudo. Diz-me o senhor vereador ou a senhora vereadora: “é um problema”. Não. É um problema do Ministério das Finanças com todas as entidades, os governantes queixam-se, as autarquias queixam-se, é o Estado dentro do Estado, um problema de décadas que se arrasta e que tem que ser resolvido. -----

Quero dizer-vos que esta é uma questão que está presa no Ministério das Finanças por cento e cinquenta euros, que precisa de autorização do arrendamento do Ministério da Administração Interna ao Ministério das Finanças, à Direção-Geral do Tesouro. E digo-vos eu, bom, isto parece tudo fácil. É, mas quem está a governar e sabe como é que estas questões são até dentro do próprio Estado, dentro do próprio Estado, com o património do próprio Estado, percebe a dificuldade. -----

Não fazendo referência, havia alguém que dizia que havia o Governo e o Ministério das Finanças, mas pronto, é complicado desbloquear uma situação. Eu nem vos vou dizer a quantidade de e-mails que já dirigimos ao Ministério do Tesouro, os contatos que já foram feitos, para desbloquear uma situação. -----

Isto não é de agora, deixemo-nos de ilusões, este é um problema que eu acho que o Estado vai ter que resolver, porque o impasse do Tesouro com situações tão pequenas, portanto, com tantas pendências a nível do país é imenso, com territórios, com equipamentos, com um património que se degrada diariamente, isto foi transversal aos diversos governos e que teima em não se resolver. -----

Senhor Vereador quer dizer-lhe que a Direção-Geral do Ministério da Administração Interna tem o projeto para executar no fundo a requalificação das instalações e tornar aquilo num todo, esse projeto estava estimado, esteve orçamentado no Orçamento de Estado do ano passado, perguntaram-nos inclusive se tínhamos alguma informação a esse respeito, porque eles também têm a execução orçamental. Dizemos, portanto, a questão continua do lado do Tesouro. -----

Finalmente, Senhor Vereador Pina, último aspeto: políticas de incentivo aos médicos. Nós tivemos quase operações de charme na altura até com o senhor ex-Presidente da Câmara de Loures, o Diretor do ACES, tivemos uma apresentação dos concelhos, tivemos mais-valias a que nos predispusemos, ao nível de utilização de equipamentos municipais, apresentámos as condições para fixação das famílias no nosso território, etc. -----

Acontece que, decorrido o concurso, e eu não vou rebater aqui, não foi em Odivelas-Loures foi em toda a Área Metropolitana, provavelmente 10% das necessidades não foram preenchidas, em todo o território. Eu estive até com elementos da Câmara de Sintra este fim-de-semana e esta é uma questão que, permitam-me, em Sintra ainda ficou pior do que aqui no Município de Odivelas e todo aquele eixo, digamos, também se encontra com este grande problema, além de ser uma situação que é transversal a todo o país e a Área metropolitana ainda maior. O que nós podemos fazer neste momento é muito pouco. Nós criámos com o ACES o programa de fixação dos médicos de família, através de um conjunto de iniciativas que foi até criado um POWERPOINT, uma apresentação; teve quer a nível presidencial, quer a nível on-line, que culminou no âmbito do concurso não resultar nas expetativas que tínhamos criado, e ter sido tão pouca a participação. Isto levou a um amplo debate na sociedade, a muitos artigos na comunicação social, a muitos programas televisivos e debates, o porquê e a causa deste assunto e, portanto, são questões que nos transcendem. -----

Para nós, quero acreditar e acredito que se trata essencialmente de questões de falta de recursos humanos, do próprio sistema, porque não vamos dizer que foi uma questão de Loures e Odivelas, quando todos os ACES ficaram praticamente vazios, digamos assim, não preencheram mais que 10% das vagas que foram abertas, com exceção do Norte, por aquilo que podemos perceber e, por isso, essa é uma das grandes dificuldades. -----

Por agora fico por aqui, não sei se há mais alguma intervenção.” -----

**O Senhor Vereador Fernando Paíño** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Senhor Presidente, em primeiro lugar devo dizer que fico francamente satisfeito com a sua resposta ao global dos problemas, dá inteira razão à nossa intervenção sobre este tema. -----

Dizer-lhe o seguinte, como deve ter consciência, nós recebemos os documentos das GOP e do Orçamento, dia 7 de dezembro às 18h, como deve saber também, até porque deve ter gozado o feriado do dia 8 de dezembro, os nossos colaboradores que nos apoiam nestas análises não estavam a trabalhar e hoje é dia 13 de dezembro. -----

Eu pergunto-lhe Senhor Presidente, sem qualquer outro sentido, seguramente também acha que este espaço de tempo é muito curto para analisar um documento desta densidade. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt

Registei que o Senhor Presidente diz que não apresentei propostas. -----

Deixe-me ser muito claro sobre isto, obviamente que nós temos todo o gosto em apresentar propostas não temos com isso nenhum problema e o senhor sabe isso perfeitamente, agora também temos de as apresentar fundamentadas, e dizer-lhe o seguinte, nós no fundo discordamos nisto, para se terem forças ao nosso lado é preciso dar-lhes condições, por exemplo, hoje fiz-lhe aqui um repto, ok vamos lá aqui formar uma Comissão com todas as forças políticas para acompanhar o desenvolvimento do projeto do Metro Ligeiro de Superfície, mas há 4 anos fizemos aqui uma proposta do mesmo tipo para o Mosteiro e a já inteira maioria do PS diz, "Eh pá vocês não venham para aqui porque vocês estão aqui a mais" e não aprovaram isso. -----

Creio que é assim, não se pode exigir às outras forças mais para além daquilo que elas conseguem dar e é isso que nos estão aqui a pedir, mas nós apresentaremos propostas, agora não temos grandes dúvidas, serão provavelmente recusadas com o argumento que vocês usaram aqui hoje, este orçamento é a aplicação do programa eleitoral do PS (ponto final parágrafo). -----

Depois queria ainda dizer-lhe, o senhor presidente falou aqui, e nós falámos também na nossa intervenção nos problemas que se estavam a passar a nível nacional e focámos três, focámos o problema das empreitadas, focámos o problema dos médicos (obrigado senhor presidente, o senhor presidente deu-nos razão em tudo aquilo que nós aqui apontámos). -----

Falou também no problema do Estado dentro do Estado, também falámos nisso, mas aquilo que se está a passar e permita-me dizer isto, aquilo que sai do vosso discurso é assim, está tudo bem, mas corre tudo mal, porque de facto as coisas estão a correr mal vamos ser claros, em relação a muitos aspetos as coisas estão a correr mal. -----

O Senhor Presidente elencou-as aí, tal e qual como nós referimos aqui na nossa intervenção, isto parece um país (não sei muito bem como é que hei de dizer), agora vem para a Divisão Policial têm de ser umas normas especiais, mas a gente vive aonde? Isto não tem custos, os responsáveis por isto não pagam? Quanto é que vão custar os novos projetos, o senhor presidente tem uma estimativa? E quem é responsável por isto, ninguém? Pagam as autarquias outra vez? -----

Creio que ficou muito claro que a nossa intenção ao falar nestes temas era ir a um âmbito muito mais alargado em que obviamente pensamos que as coisas têm que mudar. -----

Há dias estive numa IPSS que me diz assim "nós apresentamos os projetos de acordo com as recomendações técnicas da Segurança Social e os nossos técnicos entram em diálogo com os técnicos da Segurança Social, os técnicos da Segurança Social avaliam os processos e validam, mas depois o projeto pode ir para o Porto ou para Bragança para ser revisto outra vez", quem é que inventa uma burocracia desta natureza? -----

**Câmara Municipal de Odivelas**

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)

Isto faz-me confusão. Será que nós, políticos temos que continuar calados em relação a estas coisas, como se estivéssemos expostos perante fatalidades, é assim que nós reagimos como políticos? -----

Senhor Presidente da parte da CDU não espere isso. É preciso ir mais longe no combate por isso também falamos que às vezes é preciso que os responsáveis municipais saibam confrontar diretamente o Poder Central, assim como digo, assim como é preciso que os ministros que não têm a pastas das finanças saibam confrontar o ministro das finanças. -----

Finalmente Senhor Presidente, uma nota muito simples, creio que todos conhecem a firmeza e a independência das análises que a CDU faz aqui nesta Câmara, estranhar a coincidência de posições entre a CDU e outras forças políticas é um estranho de mau gosto porque já o Senhor Vereador Marco Pina estranhou as coincidências da posição do PS e da CDU, bem, nós não temos nenhum problema com isso, nós fazemos análises e olhe, é de acordo com as nossas análises que posso garantir-lhe que não tive nenhum contacto prévio para discutir estas questões. -----

Se estranha, sinceramente dou-lhe um conselho, reflita, porque as coisas não acontecem por acaso. -----

Muito obrigado!" -----

-----  
**A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
"Esta intervenção tem a ver com algumas questões que referiu. Relativamente ao estacionamento não referiu as zonas de maior pressão de estacionamento do Concelho que são as zonas junto ao metro, nomeadamente em Odivelas e no Sr. Roubado. Os planos de estacionamento visam dar resposta às zonas de maior pressão. Quando se utiliza a expressão de políticas de estacionamento dissuasor estas visam criar respostas junto às zonas onde se situam interfaces de transportes, por exemplo, com o objetivo que as pessoas deixem ali os carros e utilizem o transporte coletivo, não utilizando os carros nos centros e para pequenas deslocações. No caso da zona do Chapim não está identificada aí grande pressão de estacionamento ou qualquer polo gerador de tráfego, ou interface de transporte. Sem resposta e com estacionamento caótico permanecem a zona do metro em Odivelas e o Sr. Roubado. Em alusão ao referido pelo Sr. Presidente, relativamente à questão do parque de estacionamento criado junto ao novo centro de saúde de Odivelas - questão por diversas vezes aqui suscitada pela bancada do PSD, muito antes da abertura do Centro de Saúde, considerando que aquela era já uma zona com pressão no estacionamento, que seria agravada com a abertura do Centro de Saúde - obviamente que o parque durante a noite não tem a ocupação que tem durante o dia. O Centro de Saúde e a Escola Secundária fecham ao final do dia é natural que muitos carros saiam do parque e libertem lugares à noite, não estou a ver qual é a questão. Gostaria de obter resposta às questões que coloquiei sobre descentralização de competências na área da

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Cuilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt

saúde: se vão acontecer se estão acauteladas em Orçamento Municipal intervenções necessárias nos Centros de Saúde, contratação de pessoal administrativo, entre outras. Sobre a resposta às questões colocadas pelo Vereador Marco Pina sobre a “operação de charme” feita aos médicos de família, Sr. Presidente que argumentos, que “dote”, que condições foram propostas para convencer médicos de medicina familiar a vir para o Concelho? Os territórios, as autarquias competem entre si. Se os médicos não reconhecem este Concelho, o ACES Loures Odivelas como atraentes, se calhar é importante perceber porquê. Porque não se querem fixar aqui? Que condições não têm aqui e têm noutros locais que os levou a responder melhor aos concursos no Norte e mesmo dentro da área metropolitana de Lisboa houve Concelhos mais apetecíveis. Propor incentivos efetivos por parte dos municípios de Loures e Odivelas e por parte do ACES teria ajudado a que a operação de charme tivesse sido mais bem-sucedida e que o resultado na colocação de médicos nas unidades de saúde fosse outra. Vive-se uma dramática falta de médicos de família que se irá agravar com reformas previstas a curto prazo. Recordo a questão que foi referida pelo Senhor Presidente ainda este verão de que o problema iria ser minimizado com a contratação de médicos à hora para responder a estas carências de forma pontual. Estando longe de ser uma solução, porque o acompanhamento feito por um médico de medicina geral e familiar tem de ser um acompanhamento continuado e integrado, não se compadece com a resposta dada por um médico que preste serviço à hora, gostaria de saber se a solução avançou ou não?” -----

-----  
**O Senhor Presidente** prestou os esclarecimentos tidos por convenientes que seguidamente se transcrevem: -----

-----  
“Faço isto sem qualquer outra intenção. -----

Ainda bem que o Senhor Vereador disse que tudo corre mal, mas corre mal o que não depende de nós, porque parece que o que depende da autarquia, não corre assim tão mal. -----

Falámos aqui de questões das finanças, questões da saúde, questões de recursos humanos. Parece que nós até temos vindo a dar uma resposta, no que no que está ao nosso alcance e no que está no âmbito das nossas competências, que é uma resposta eficaz. -----

Ainda agora estava aqui a ver mais procedimentos de contratação de pessoas a passar, etc. -----

Portanto, relativamente aos salários, não temos aqui uma intervenção direta, relativamente à questão dos médicos de família, todos gostávamos de ter um médico de família disponível para todos os nossos cidadãos. Estávamos a caminhar bastante bem, agora parece que também tivemos um agravar desta situação motivada pelas reformas, apresentações também, eventualmente, pela deslocação para os serviços privados e outros. Compete ao Estado, penso eu, dar uma resposta ou estudar os caminhos e as ferramentas que tem para atacar esse problema. -----



Agora não posso deixar também de dizer, Senhor Vereador, há aqui razões circunstanciais: nós estávamos em 2018/2019 com índices macroeconómicos gritantes, com um volume e um manancial de investimento público e o investimento privado enorme, que não foi por culpa de ninguém à escala mundial, até porque os dados são transversais, tudo o que ouvimos todos os dias de consequências da pandemia a nível económico é gritante. -----

Vou dar-lhe o exemplo: na quarta-feira veio um processo a reunião de câmara que tentámos nos SIMAR para contratualizar ou para fazer a aquisição de viaturas e ninguém respondeu nos prazos de cento e oitenta dias, porque ninguém consegue contratar um camião de resíduos nesse prazo neste momento, portanto, isto é inevitável. -----

Eu estou certo, e se eu estiver errado o Senhor Engenheiro Luís Jorge o dirá, se calhar, há três anos atrás, a questão da Divisão Policial, estes preços viriam para seis milhões e meio, não estariam nos nove milhões pelas razões eu que disse. -----

Nós não somos nós, somos nós e as nossas circunstâncias. Hoje as circunstâncias são estas. Passada a crise pandémica, até porque os indicadores... Eu estive em Aveiro e o senhor Presidente da Câmara de Aveiro abriu o congresso a dizer que o mês de agosto foi o melhor mês de sempre do turismo da cidade de Aveiro, portanto, imaginem sem pandemia. -----

Eu acho que nós temos que estar otimistas, temos que estar preparados para os tempos vindouros. Agora temos uma pandemia pelo meio. Os médicos de família, muitos, se calhar, não estão a fazer as funções que eram as funções para as quais foram contratados, porque a questão pandémica também os desviou. -----

Acho que temos que ter noção que esta questão pandémica veio colocar um enorme conjunto de dificuldades às economias. -----

Senhor Vereador, com certeza que na Direção Geral do Tesouro já existia o problema antes da pandemia e esse é um problema crónico, infelizmente, que parece que ninguém consegue resolver. -----

A questão do Mosteiro demonstrou que foi preciso, permita-me, muita insistência e grande persuasão, caso contrário, não se resolvia." -----

-----  
**A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Queria então de perceber se a ARSLVT contratou os médicos ou não, porque não ficou clarificado.” -----

-----  
**O Senhor Vereador Edgar Valles** -----

-----  
“Contratar tarefeiros externos para colmatar essa falha. -----

Foi-lhe apenas possível, não por falta de autorização ou por falta de verba, mas foi apenas possível contratar 2 médicos, quando a realidade era bem superior a essa. -----

O que me leva naturalmente e permitam-me comentar a segunda questão que o Sr. Vereador Fernando Painho colocou, não tanto a primeira, mas a segunda que tem a ver com os *numerus clausus* que a ordem dos médicos impõe, e que muito aqui temos falado também, até mesmo em Sede de Assembleia Municipal que passa, aliás, pela notícia divulgada pela TSF à 4 meses atrás da abertura de 3 novos cursos de medicina na rede pública e 1 novo curso na rede privada, nomeadamente na Universidade Católica, na rede pública, Vila Real, Aveiro e Évora e que diziam em Sede de Assembleia Municipal, alguns Srs. Deputados que não iria mitigar o problema a curto prazo, mas certamente o irá mitigar a médio e a longo prazo, porque a questão que se põe efetivamente não é no nosso ACES Loures – Odivelas, é em todos os ACES, a ARS LVT.-----

Ficou o concurso praticamente deserto e não há médicos nem sequer para contratar à hora, põe-se a questão, o Sr. Presidente disse e bem a população não aumentou assim tanto, de facto não, o que se passa é que muitos médicos se aposentaram e não há jovens para fazer face a estas aposentações, e a situação que se está a viver no concelho de Odivelas resulta exatamente da aposentação de médicos de família há muito tempo em funções.” -----

Colocado à votação, foi aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e com os votos contra do Senhor Vereador da bancada da CDU, dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Odivelas a Mudança é Agora – PPD/PSD/CDS/PP/ALIANÇA/PDR/PPM/RIR e do Senhor Vereador da bancada do Chega, o Orçamento 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2025, conforme informação acima referida. -----

O Senhor Presidente apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“A pandemia colocou o mundo em suspenso. Face a esta emergência sanitária continuamos a atravessar momentos de grande complexidade e indefinição que nos têm imposto um amplo conjunto de desafios, nos diversos domínios: a nível económico, social e mesmo pessoal. A apresentação destes documentos previsionais decorre no contexto dessa conjuntura singular a nível global, exigindo-nos, por isso, prudência e realismo, mas sem descurar a ambição na prossecução do nosso objetivo central: a melhoria da qualidade de vida dos odivelenses e a construção de um território mais coeso, mais moderno e qualificado. No passado dia 26 de setembro, a população de Odivelas afirmou a sua aposta, de forma esclarecedora e inequívoca, num projeto de continuidade que nos assegura a estabilidade governativa necessária para prosseguirmos o caminho que tem representado desenvolvimento e avanços transformadores para o Concelho. O Executivo Municipal liderado pelo PS irá, portanto, manter-se focado em trabalhar com as

para as pessoas, num diálogo permanente de proximidade e confiança, dando continuidade a um vasto conjunto de investimentos de requalificação e modernização no nosso território, sempre com rigor para com os resultados das políticas propostas. Porém, este novo ciclo autárquico inicia-se, também, com uma indesejada crise política nacional, que tem como primeira consequência o adiamento da aprovação do Orçamento de Estado para 2022, causando um inevitável impacto junto dos municípios, de forma direta e indireta. O reforço nas transferências financeiras do Estado Central para o nosso município que estava previsto, superior a meio milhão de euros, ficará, por isso, suspenso. O Orçamento e as GOP's do Município de Odivelas para 2022 partem, nesse pressuposto, de duas premissas fundamentais. A primeira encontra-se associada à continuidade do trabalho realizado, com o encerramento do quadro comunitário - Portugal 2020 e com a transição, para 2022, de cerca de 30 milhões de euros de dívida, decorrentes de projetos lançados em todo o município, capacitando-o com novas infraestruturas, novos equipamentos (de natureza educativa, cultural e desportiva) e a revitalização do Espaço Público. A segunda premissa assenta no imperativo de responder aos anseios da população e não defraudar as justas expectativas depositadas. Para tal, estão já espelhadas nestes documentos as bases inscritas no compromisso eleitoral, que foi sufragado pelos Odivelenses, e que dão, naturalmente, primazia ao desenvolvimento local e ao maior capital deste território: as pessoas. A par do referenciado, o apoio social, a requalificação urbana, assim como o reforço das acessibilidades, da segurança e da prestação dos serviços essenciais aos cidadãos, aliados a uma gestão financeira com rigor e criteriosa, continuarão a revelar-se como as grandes bandeiras da atuação desta Autarquia. **ORÇAMENTO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE** Este Orçamento assume-se, pois, como um instrumento de importância crucial na recuperação económica e social do nosso Concelho. Um orçamento de compromisso e responsabilidade, com forte investimento municipal nas diversas áreas da atividade autárquica. -----

O valor do Orçamento e GOP's situa-se nos 131.753.780,00 Euros (cento e trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil, e setecentos e oitenta euros), o que representa um acréscimo residual de 3% relativamente aos Documentos Previsionais Iniciais para 2021. Do total previsto em Orçamento de Receita, verifica-se que 86.475.248,84 Euros são Receitas Correntes, 26.581.105,50 Euros são Receitas de Capital, verificando-se ainda um montante de 18.697.425,66 Euros relativo a Receita não Efetiva. Do lado do Orçamento de Despesa, 86.758.280,53 Euros são Despesas Correntes e os restantes 43.917.588,47 Euros Despesas de Capital, e ainda 1.077.911,00 Euros assinalam-se como Despesa não Efetiva. Destaque para as Despesas com o Pessoal com um valor total de 33.834.945,69 Euros, representando 26% do total das dotações orçamentais para 2022. No presente, desconhecem-se, naturalmente, as medidas que irão constar da Lei do OE para 2022. No entanto, e considerando que já foi promulgada legislação relativa ao aumento do salário mínimo nacional e dos salários da função pública, estes fatores também estão refletidos na proposta de Orçamento Municipal. Estima-se, também, que as despesas com pessoal sejam superiores, em resultado do acréscimo de 89 postos de trabalho no Mapa de Pessoal do Município de Odivelas. **Relatório**

também, para as Despesas com Passivo Financeiros, isto é, juros e amortizações relativos aos empréstimos de Médio e Longo Prazo contratados, que totalizam 1.077.911,00 Euros, representando um decréscimo de 52% em relação às dotações iniciais de 2021. -----

Os agrupamentos da despesa relativos a Transferências e Subsídios Correntes e de Capital, totalizam 19.308.083,52 Euros, sendo que 12.263.192,01 Euros, são de natureza corrente e os restantes 7.044.891,51 Euros de natureza de capital. Destacam-se, também, as transferências correntes de cerca de 1,2 milhões de euros para Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, mais subsídios extraordinários. Realça-se, ainda, o montante relativo ao exercício das competências que foram transferidas para as Juntas de Freguesia, bem como aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências de Freguesia, num valor aproximado de 5.400.000,00 Euros. O valor inscrito para Aquisições de Bens de Capital (Investimento) atinge os 36.872.696,96 Euros, representando um peso de 28% no valor global do orçamento. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) O valor global estimado da despesa, na ótica das Grandes Opções do Plano para 2022, é de 99.306.985,43 Euros, dos quais 36.872.696,96 Euros são respeitantes ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 62.434.288,47 Euros ao conjunto de Ações identificadas como relevantes. Verifica-se que está afeto às Funções Gerais, o montante de 19.682.865,50 Euros, às Funções Sociais a verba de 57.355.133,46 Euros, que permanece como o eixo estratégico mais relevante, representando 58% do total inscrito nas GOP's, às Funções Económicas o valor de 14.509.384,11 Euros e a Outras Funções o montante de 7.759.602,36 Euros. De realçar a área da Educação, que tem canalizada uma verba de cerca de 26 milhões de euros, refletindo a aposta contínua e clara do Partido Socialista na melhoria das condições de ensino e na afirmação de Odivelas, enquanto Concelho Educador, solidário e inclusivo. Uma aposta deste Executivo que passará, igual e naturalmente, pelas áreas da Cultura com 4,5 milhões de euros, do Desporto com 1,8 milhões de euros e ao nível da Ação Social com 1,2 milhões de euros. Um investimento municipal em áreas determinantes e, sem dúvida, catalisadoras de desenvolvimento territorial e de coesão social. Destacam-se alguns dos projetos e intervenções iniciados em 2021, como também outros a ter início e a implementar em 2022, que muito contribuirão para continuar a requalificar e projetar o nosso Concelho: • Reabilitação Construtiva da Biblioteca Municipal Dom Dinis; • Reabilitação e Conservação dos Claustros do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo; • Substituição das Coberturas em Fibrocimento e Requalificação do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Odivelas; • Ampliação da Escola Básica Bernardim Ribeiro; • Requalificação dos Jardins da Quinta do Espírito Santo; • Criação de "Zonas 30" no Centro Histórico de Odivelas e Remodelação da Rede de Abastecimento de Água a Odivelas (Fase 1); • Construção do Parque Urbano da Arroja; • Construção da Escola EB1/JI das Colinas do Cruzeiro; • Requalificação dos Espaços Públicos dos Bairros Sociais de Santa Maria, na Pontinha; • Projeto do Parque Integrado do Bairro Sol Nascente, em Famões; • Construção da Unidade de Saúde de Famões; • Construção de Jardim de Infância na Rua Afonso Henriques, na Póvoa de Santo Adrião; • Construção da Via de Ligação Quinta da Serra, no Bairro da



Cassapia, Olival Basto; • Lançamento da Empreitada de Construção da Escola Básica Amoreira n.º 1, na Ramada; Ampliação / Remodelação da Escola EB Cesário Verde; • A construção do Pavilhão Desportivo da Escola EB D. Dinis, nos Pombais; • Execução da Via T14; • Lançamento do Concurso para a construção da Divisão Policial de Odivelas; • Recuperação e reabilitação dos fogos municipais; • Remodelação do Jardim da Música; • Remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa. Podemos, pois, orgulhar-nos desta proposta de Orçamento Municipal, bem como das Grandes Opções do Plano (GOP'S) para 2022, cujas linhas orientadoras, mesmo perante este atual estado de pandemia, estão em consonância com os nossos objetivos de trabalhar de forma empenhada e comprometida para garantir uma maior coesão municipal, como também promover uma permanente requalificação do espaço público e de construção/manutenção das infraestruturas necessárias à população, assegurando também o indispensável apoio e proximidade aos nossos munícipes, razão de ser do nosso trabalho.” -----

-----  
**O Senhor Vereador Marco Pina** apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: ---

-----  
“Estes são os documentos previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano - que propõem as linhas estratégicas de investimento e intervenção municipal para o primeiro ano de um novo mandato autárquico 2022-2025 e nessa perspetiva seria uma oportunidade para que os mesmos pudessem refletir o início de um novo ciclo. Começamos por salientar um aumento do valor do Orçamento de 3%, situando-se nos 131 753 780 €. Na estrutura das receitas municipais o peso das receitas fiscais ascende a 45 milhões de euros e constitui a maior fonte de receita do orçamento, representando 34% da receita total e traduzindo uma variação positiva de 3% face a 2021. Destacamos o facto de novamente se verificar que os impostos diretos sofreram um acréscimo face ao ano transato, não obstante a crise de saúde pública que vivemos, solicitando-se às famílias e empresas, a braços com uma forte redução dos rendimentos, que suportem, ainda mais, grande parte da receita do município. Se tivermos em conta o poder de compra per capita do Concelho (o pior da AML) e o valor dos salários médios do Concelho, muito abaixo da média nacional, perceberemos o peso que a carga fiscal tem nos orçamentos das famílias de Odivelas. Com honestidade e em coerência com o que têm vindo a ser as propostas do PSD para o Concelho destacamos, pela positiva, o investimento projetado nas escolas, que comporta um incremento de 1.519 587,00 €, traduzindo-se num valor global de 15,5 milhões €, que corresponde a 42% do valor do investimento total. Salientamos também um acréscimo de 3%, nas Habitações o que se traduz num aumento de 33.804,22 €, face a 2021, e que se traduz num valor de 551.115,30€ para o ano de 2022. Contudo, considerando a completa irrelevância política que o investimento na criação de novas habitações públicas e políticas de habitação representou no último mandato autárquico, este é um incremento no investimento de impacto reduzido face ao cenário habitacional de absoluta ausência de respostas no domínio público que se assiste no Concelho de Odivelas. Não obstante, reconhecemos, a importância para o Concelho dos investimentos mencionados nestes

documentos previsionais em educação, habitação, beneficiação do espaço público, conclusão de vias, não podemos, contudo, deixar de salientar que o desafio será mesmo a sua execução, considerando que ano após ano intervenções fundamentais têm vindo a arrastar-se, demonstrando que entre as intenções dos documentos previsionais e a concretização existe uma grande diferença. Esperemos assistir a uma inversão neste triste fado municipal, precisamente porque se abre uma janela de oportunidade para o Concelho com os investimentos previstos através do Plano de Recuperação e Resiliência. Falhar a sua execução é precisamente comprometer o futuro de Odivelas. Precisamente porque a execução do orçamento carece de recursos humanos no que respeita à Despesa não podemos deixar de salientar as Despesas com Pessoal, contabilizando um valor total de 33.8 milhões de euros, representando 26% do total das dotações orçamentais para 2021 e representando um aumento de 9%, face ao previsto no Orçamento de 2021. Mas a contratação de novos funcionários não será suficiente e não terá o efeito pretendido no desempenho dos serviços municipais com impacto direto no território se esta contratação não for suportada numa efetiva liderança política, pois é a ela que compete a definição da estratégia, do rumo e do ritmo. Decorre da análise global deste Orçamento que o mesmo agrega um conjunto de medidas em que a estratégia e planeamento integrado em termos de coesão territorial deixam investimentos fundamentais por concretizar. Relativamente ao investimento em Habitação, que não foi de todo uma prioridade ao longo do último mandato, aparece agora previsto neste orçamento. Contudo, o tempo da reabilitação e da construção de novos fogos que se irá ainda iniciar deixa a descoberto, sem resposta complementar noutras programas municipais de apoio à habitação, milhares de pessoas que, no Concelho, não conseguem aceder à compra ou arrendamento de habitação a preços de mercado. São os que continuam a viver em barracas, os que vivem em condições degradantes, nomeadamente nas Vertentes Sul e Nascente, e por todo o Concelho em sobrelotação. Precisamente porque falar de habitação é falar também de coesão territorial não se vislumbra neste Orçamento, que inicia um novo mandato autárquico, um compromisso político para pôr fim à indignidade do Bairro do Barruncho, e de todos os bairros de barracas, disfarçados entre traseiras de prédios, mato e com canas. Assim como não se vislumbra o compromisso para iniciar a reconversão da Vertente Nascente. Um concelho com pouco mais de 26 KM2 Odivelas tem ainda demasiadas parcelas de território onde as disparidades são demasiado gritantes, onde a miséria não deveria ser já deste tempo. Também no domínio da requalificação do território o importante estudo de mobilidade que nos foi dado a conhecer não parece ter expressão neste Orçamento. O estacionamento precisa de ser reordenado e acima de tudo maximizado, de forma a dar resposta aos milhares de carros que estacionam de forma abusiva, por todo o Concelho. Quando por toda a Europa e em Portugal se concretizam cada vez mais medidas que visam libertar o espaço público para peões, para formas alternativas de mobilidade, em Odivelas os carros invadem passeios, faixas de rodagem, literalmente todos os centímetros de espaço público. Continuamos a não ver contempladas políticas amigas do ambiente, nem qualquer incentivo à mobilidade elétrica. Ainda em matéria de mobilidade, relativamente à rede viária continuam troços fundamentais por concretizar. A

ligação do Casal do Monte à R. Heróis do Chaimite, ou a Variante Norte de Caneças. Relativamente à T14 (ligação da Pontinha à Amadora) aguardamos com expectativa a concretização deste pequeno troço, cuja conclusão incompreensivelmente se tem arrastado no tempo. De novo, não vemos neste orçamento uma política séria de combate às desigualdades e às assimetrias sociais. O PAMO, pela sua natureza e nos apoios regulares que proporciona, revela-se incapaz de dar resposta à gritante escassez de resposta de equipamentos de acolhimento aos idosos em situação de dependência. As vagas em Creche são ainda largamente deficitárias. Se a política nacional do governo socialista, suportado pelo PCP e BE, nos últimos 6 anos não foi capaz de inverter esta tendência em Odivelas, pode a Câmara Municipal constituir-se como parceiro efetivo da sua rede social e intervir onde a administração central tem falhado. Poder pode, mas era preciso vontade política, era preciso apenas replicar exemplos de apoio efetivo à construção de equipamentos sociais em muitas autarquias do país. Era preciso empenho efetivo, mais do que discurso e medidas residuais para encher boletins municipais. Também em matéria de novo investimento em equipamentos desportivos continua a ser uma evidência que a Capital Europeia do Desporto nada acrescentou a Odivelas. Os putativos novos equipamentos desportivos dependem de investimento privado - se ocorrerem - e quando ocorrerem, desfrutam deles os que tiverem dinheiro para os frequentar. Precisamente num dos Concelhos mais pobres da AML. Assim tivesse havido vontade política e uma nova piscina municipal poderia neste momento estar em pleno funcionamento, necessidade mais que justificada face à incapacidade de resposta da única piscina municipal existente no Concelho, património municipal ainda construído pela Câmara Municipal de Loures. Vontade política que não houve e continua a não haver uma vez que este não é um equipamento previsto. Talvez em ano pré-eleitoral uma nova “maqueta” possa surgir. Ainda a referir, que nada de novo se passa na reabilitação dos mercados municipais, o que denota uma incapacidade de reconhecer nos Mercados polos de comércio tradicional, geradores de vida e sinergias nas cidades. Concretamente no que concerne ao Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, não decorre deste orçamento qualquer compromisso com a data da sua abertura ao público integrado num projeto museológico. Sobre a Quinta das Águas Férreas, equipamento municipal em processo de degradação, desaproveitado nas suas potencialidades, nada de novo. Entendemos que o Pacote Fiscal que integra o Orçamento Municipal é um instrumento crucial para a promoção do crescimento económico e coesão social. Este objetivo duplo será mais fácil de prosseguir quanto mais conseguirmos libertar as famílias e as empresas do fardo fiscal, em particular quando atravessamos uma situação de pandemia que potencia redução de receitas, precaridade nos rendimentos do trabalho e consequentemente carências sociais. Tendo isso em consideração, e considerando o baixo rendimento per capita do Concelho, a redução da tributação poderia ser um instrumento da autarquia para alívio das famílias, face à situação excecional que atravessamos desde o início de 2020. Desde 2017 que o PSD, atendendo à situação financeira da Autarquia, entende que seria possível reduzir gradualmente o IMI, para 0,34 %, aliviando as despesas das famílias odivelenses, sem comprometer a capacidade de investimento municipal, em áreas estratégicas.

Este não é o entendimento do Partido Socialista que em ano pré-eleitoral apresentou uma redução simbólica da taxa de IMI de 0,37% para 0,36%, taxa que se mantém para 2022, demonstrando ausência de honesta vontade de intervir no alívio da carga fiscal das famílias de Odivelas, precisamente em tempos de crise económica e de incerteza no rendimento. O ténue caminho de alívio fiscal encetado em 2020 para ser encarado com seriedade teria obviamente de continuar em 2021 e manifestar-se numa nova redução da taxa de IMI. Assim não é, ficando a próxima redução aguardar a oportunidade política de novo ano pré-eleitoral em 2024. -----

As autarquias pela sua proximidade às pessoas, pelas suas diversas competências, também em matéria tributária, podem ser agentes decisivos na transformação dos territórios apoiando novos investimentos em equipamentos sociais, culturais e desportivos, intervindo com exigência na beneficiação do espaço público, e proporcionando condições de atratividade para a fixação de empresas que tragam rendimento acrescido e trabalho qualificado. Cientes do que acabamos de referir, afirmamos que este Orçamento, o primeiro deste mandato, traduz precisamente a continuidade em opções gestionárias que não dão respostas a carências efetivas do Concelho de Odivelas, decorridos 23 anos da sua constituição. Pelo exposto, votamos contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022.” -----

**O Senhor Vereador Fernando Painho proferiu uma declaração de voto seguidamente se transcreve: -----**

“Quando analisamos o Orçamento e as GOP, há desde logo uma questão que deve ser tida em conta. Os documentos que nos são apresentados não estiveram sujeitos a qualquer tentativa de discussão ou negociação prévia que visasse tanto quanto possível fazer neles entroncar a reflexão sobre a política e a vida do nosso concelho de outras forças políticas. -----

**Assim sendo, estes documentos refletem em absoluto e apenas a visão do PS que por eles se deve responsabilizar e deles deve prestar contas. -----**

Isto decorre, evidentemente, do quadro jurídico-institucional vigente que legitima uma tal atuação política, do mesmo modo que o referido quadro em nada obriga a que não se aponte no caminho de negociações e debates prévios. Na realidade, entendemos que poderia ser de modo diverso e que dessa discussão aprofundada poderia resultar não só um melhor orçamento como igualmente opções de trabalho futuro mais e mais bem sustentadas, na medida em que seriam suportadas por um leque mais amplo de visões estratégicas. -----

**No fundo o PS sabe que os documentos em apreço serão aprovados pela sua maioria absoluta e como tal, esta reunião assume em grande parte um papel de formalidade democrática. -----**

Tem dito o PS que não confunde maioria absoluta com poder absoluto. Na realidade cabe questionar que papel reserva o PS nesta governação municipal às outras forças e o que temos assistido é que nada da

ação governativa é partilhado e que é difícil encontrar pontos em que numa só autocrítica o PS venha questionar a sua própria atuação. -----

Responder-nos-ão que estão legitimados pelo sufrágio popular. -----

É verdade! Não se trata aqui de questionar a legitimidade, mas sim o modo de exercer essa legitimidade. De facto, praticamente 50% não legítima o programa do PS e na realidade, o que não é questão menor, 52,6% (se não falha a memória) nem sequer participa no sufrágio para as eleições autárquicas. Isto devia preocupar-nos coletivamente, mas não parece que tal questão encontre aqui eco, mesmo sendo e ainda por cima uma questão nacional. -----

Numa visão mais abrangente, acresce ainda uma cada vez mais notória incapacidade de atuação das governações municipais e aqui refiro-me a um quadro nacional, em diversas áreas, progressivamente submergidas em transferências de competências raramente ou nunca acompanhadas de um justo envelope financeiro. -----

**O Estado Central vem de facto desconcentrando competências o que não é de todo a mesma coisa que um processo de descentralização, sujeito a sufrágio e aceite democraticamente.** -----

Costuma dizer-se nas áreas das finanças, que quem financia decide e, neste processo o financiador decidiu como bem lhe apeteceu, cabendo aos municípios apenas o protelar da decisão da qual obviamente não há recurso. -----

Vejamos alguns exemplos: -----

**Na área da saúde** assumiremos em breve as delegações de competências num quadro em que permanecem por resolver as questões centrais do acesso aos cuidados de saúde. -----

Por essa altura, estaremos ainda seguramente ante o espectro da falta de profissionais no SNS, o qual decorre da falta de coragem política de enfrentar interesses instalados, entre outros, a concorrência do setor privado subsidiado pelo Estado anualmente em cerca de 2300 milhões de euros e a imposição sistemática de um número clausulo que conduz a uma crónica carência de recursos humanos nas áreas médicas. -----

E assim se transferem para as autarquias competências na área da saúde, sem que as mesmas autarquias possam ter qualquer papel nas questões mais decisivas. -----

Arriscamo-nos mesmo a despender avultadas verbas em novos Equipamentos de Saúde para que os mesmos fiquem quase desertos de recursos humanos e no final não prestem os serviços devidos. -----

**Mais de 29 000 utentes no nosso Concelho estão sem médico de família! É isso que de facto, ante as populações, vamos receber de transferências da Administração Central!** -----

Uma coisa fica clara, é que o Estado Central consegue dois objetivos: liberta-se de encargos e delega nas autarquias responsabilidades para as quais não lhes dá capacidade de atuação. -----

**Vejamos um exemplo paradigmático o da área da educação:** -----

No âmbito das delegações de competências foram assinados em 31 de julho de 2019 acordos relativos às Escolas Secundárias de Odivelas e Ramada. -----

O custo previsto para a requalificação da Escola Secundária de Odivelas era de 3,3 milhões de euros. De acordo com o estabelecido, o Ministério da Educação assume em três anos (2020, 2021, 2022) metade desse valor, cabendo à CMO os restantes 1,65 M€. -----

Quanto à Escola Secundária da Ramada, a CMO assumiria integralmente as intervenções de modernização, cabendo ao Ministério da Educação a emissão de pareceres sobre os projetos que a CMO apresentar. -----

Só, na Escola Secundária da Ramada prevê a CMO um investimento em 2022 e 2023 de cerca de 1 M€. ----

Na construção da nova Esquadra da PSP está previsto um investimento em 2022 de 2,35M€ ao qual acresce mais 700 mil para estacionamento e muros de sustentação na Rua Tomás da Anunciação. -----

Poderíamos continuar por aqui fora, mas cremos que estes exemplos bastam para reflexão. -----

Estamos, pois, em nossa opinião, ante um modelo de governação que distorce os problemas e as realidades e como eleitos locais não nos devemos alhear de tal facto. -----

A estas problemáticas juntam-se ainda as decorrentes das políticas de baixos salários, que distorcem a atividade económica e que como muitas vezes aqui constatamos diminuem a capacidade de atuação dos municípios. -----

Existe ainda, como bem podemos constatar, uma complexa e paralisante teia burocrática que envolve a nossa atividade e a dos nossos parceiros sociais. Em contactos com entidades de solidariedade do nosso concelho comentamos como é possível tanta imaginação para criar burocracia adicional. -----

**Sabemos que os orçamentos não são elásticos e, como se costuma dizer, “se puxamos o cobertor para cima ficam os pés de fora”.** -----

Não por acaso algumas ações que correspondem a necessidades há muito identificadas estão previstas com verbas simbólicas ou mesmo não definidas. -----

Vejamos alguns exemplos: -----

EB 2/3 de Famões prevista desde 2007 como primeira prioridade continua a aguardar por melhores dias..., no entanto reconhecemos o esforço que está a ser feito na área da educação. -----

CURPIC – 10 000 € – sabemos que há outros projetos, mas quais são esses projetos? Quais as reais expectativas? -----

Lares da 3ª Idade – 5 000 € - um tema que nos é muito querido, temos um lar fechado, temos a sucessiva atuação da segurança social, ela própria de não aceitar competências e unicamente de criar mecanismos de dificuldade. -----

Regeneração urbana na Pontinha e Póvoa 2000€ - isto não é nada! -----

Pinhal da Paiã - 20 000€, fiquei agora esclarecido que é para a fase dos estudos. -----

Construção do gatil e ampliação do Parque dos Bichos transitam no essencial para 2023 -----

Casa mortuária para Caneças – -----

2022 - 0 €-----

2023 – 100 000€-----

2024 – 220.000€, o que poderemos dizer é que esperamos que não se prolongue ainda mais no tempo. ----

Jardim Botânico de Famões – 300€ o que significa que continuará ao abandono -----

Parque Urbano de Odivelas – 2022 – 100.000€ -----

2023 – 500.000€, e quando prevemos que este Parque esteja efetivamente ao serviço da população? -----

Uma questão muito prática, quando é que prevemos que este parque esteja em funcionamento? É importante sabermos! Será em 2024, em 2025? Falemos em coisas concretas! Não estejamos sempre a falar em perspetivas. -----

Nas obras de reabilitação do Mosteiro: -----

2022 -1,1 M € -----

2023 – 1,5 M € -----

Sr. Presidente, -----

Nós associamos estas obras a uma despesa que temos, que é a das rendas municipais que rondam anualmente 700 mil €. Temos as rendas do Mosteiro que são 23 200,00 € por mês ... que fique claro que a CDU apoiou a questão de o Mosteiro vir à posse municipal, que não é essa a questão, mas até quando continuaremos a gastar verbas com os arrendamentos? Mas quando é que pensamos / prevemos que esta questão das rendas acabe? -----

Reabilitação de espaço público nas Patameiras – 35,670 € -----

Reconversão de Mercados Municipais – 200 € isto não é nada! Significa, na prática, que continuamos a não dar a devida atenção. Uma outra questão que parece não estar equacionada liga-se com a localização da Proteção Civil Municipal. -----

Como sabemos a PC está numa rua sem saída. No caso, por exemplo, de uma catástrofe com origem num sismo, corremos o risco de a Proteção Civil ficar bloqueada. -----

Parece-nos importante equacionar a mudança de instalações da Proteção Civil e não julgamos que esteja Passemos uma breve revista sobre a decomposição das receitas fiscais cuja previsão de montante aponta para 41,1 M €. -----

Podemos observar que o maior aumento se situa no IMT (+14%). Destacamos esta rubrica pelo seu significado real. Esta variação está em consonância com um desenvolvimento urbanístico que consideramos excessivo e muito prejudicial para o futuro. -----

No mandato passado trouxemos a nossa análise sobre as Freguesias da Póvoa e Ramada. No total teremos aí ainda cerca de mais 3000 fogos previstos. Como mostrámos, em particular na Ramada, parece que tudo o que é ainda espaço disponível será ocupado com mais e mais construção. O tema do desenvolvimento urbanístico separa-nos claramente das opções estratégicas do PS, como vincadamente temos afirmado. -----

Seria interessante que o Sr. Vereador com o pelouro nos esclarecesse como será em freguesias tão sensíveis como Famões, trazendo aqui para discussão o que se vai previsivelmente passar no futuro. Analisando à realidade atual o que se passa com a freguesia de Famões? Foi um estudo que nos foi prometida pelo Sr. Vereador Paulo César, mas como ele não está cá agora, é um aspeto que deixo agora ao Sr. Vereador que é ver o que está previsto para Famões, são mais 2 mil, 3 mil, 4 mil fogos, qual é a situação? -----

Como temos afirmado o Concelho de Odivelas tem dentro de si enormes desigualdades sociais e territoriais que urge combater. -----

**Não entendemos da análise que fazemos dos documentos em apreço que essa seja claramente uma prioridade assumida.** -----

Não o é, por exemplo, no tratamento dos espaços intercalares urbanos. -----

É facto que em áreas como a habitação se estão a tentar dar alguns passos. -----

É facto que, como fomos informados, parece que a preocupação com os chamados bairros do Governo Civil ganhou finalmente forma de um grupo de trabalho conjunto com outras entidades. -----

Esperemos e fazemos votos que esses trabalhos sejam produtivos e se enquadrem numa perspetiva de combate às desigualdades e de um desenvolvimento harmonioso de toda aquela zona. -----

Naturalmente que valorizamos a concretização de algumas obras que há muito são reclamadas, como no sistema viário, previsão da conclusão a concretização da T14 e a ligação na Heróis de Chaimite. -----

Como é óbvio em documentos com esta dimensão existem ações com que estamos de acordo e subscrevemos. -----

**Gostaríamos de vincar, contudo, que em muitos pontos e no que respeita à definição de prioridades, este é um orçamento e um plano que não corresponde às nossas orientações estratégicas, pelo que obviamente a nossa posição será a de votar contra.** -----

Nos exatos termos em que realizamos a análise destes documentos, sem qualquer debate prévio, fica claro que o que aqui trazemos não poderá ser outra coisa que um exercício difícil, mas legítimo de análise, sabendo antecipadamente que o mesmo não terá qualquer eco na ação prática governativa, a qual parece começar a padecer de um certo enclausuramento a que o PS não consegue fugir. -----

Como sabem, na CDU não fazemos oposição porque assim está convencionado! -----

Não subscrevemos a entrega de terrenos municipais para que os privados os explorem e ainda por cima sem contrapartidas minimamente aceitáveis para a população do Concelho. Falamos evidentemente do que se passa nos terrenos do Porto Pinheiro e nos Jardins da Amoreira. -----

Não podemos aceitar que os terrenos do Complexo Desportivo de Porto Pinheiro continuem entregues ao SJPF e que a CMO se demita de apresentar para ali em parceria com as coletividades locais o seu próprio projeto. -----

Não concordamos que nem uma só área construída do Mosteiro seja destinada a funções de índole social.

**Estes documentos que agora analisamos refletem a visão política estratégica do PS para o nosso Concelho, visão essa que como já dissemos, não compartilhamos, como igualmente não compartilhamos um quadro mais geral da ação governativa municipal que parece evitar o confronto mais que necessário por vezes com as determinações do governo central.** -----

Nos próximos tempos a questão da rede de metropolitano, incluindo a definida como Metro Ligeiro de Superfície, merece a melhor atenção de todos os eleitos nesta Câmara. -----

Sendo de todos conhecida a nossa posição contra o corte da linha amarela importa, contudo, começar a analisar o desenvolvimento do projeto de metro ligeiro, até porque ele terá impactos fortíssimos na estruturação do Concelho. -----

**Permitam-nos que aqui deixemos o repto para a criação de uma comissão conjunta com elementos de todas as forças políticas representadas nesta Câmara, para o acompanhamento dos desenvolvimentos desse projeto.** -----

Aliás, convém lembrar que não será pedir muito já que as verbas consignadas nos documentos em apreço de cerca de 1,1 M€. -----

Sr. Presidente; -----

Sras. e Srs. Vereadores: -----

As razões aduzidas anteriormente justificam de modo muito sucinto a nossa posição de voto. -----

Para nós é hoje claro que a atual maioria absoluta do PS, não encontra disponibilidade para um debate mais profundo e alargado com as restantes forças aqui presentes. -----

A maioria absoluta transformou este debate numa formalidade democrática o que lamentamos profundamente. " -----

**O Senhor Vereador Nuno Beirão apresentou uma declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -

-----  
"É absolutamente imperativo que as atuais forças políticas que governam Odivelas sejam capazes de desenvolver, modernizar e humanizar o nosso Concelho, aprovando políticas que contrariem a tendência de Odivelas e as suas áreas urbanas se estarem a transformar numa cidade e vilas dormitórios. -----

Com efeito, em Odivelas as maiorias absolutas do Partido Socialista têm preferido, não raras vezes, fazer uma demonstração de poder absoluto, não levando em conta a opinião das outras correntes políticas representadas nos órgãos autárquicos que também foram sufragadas pelo eleitorado. -----

Foi, aliás, o que aconteceu recentemente na última reunião ao abrigo do Estatuto de Oposição, onde nenhuma das propostas apresentadas pelo Chega foi considerada, nomeadamente, no que se refere à diminuição de impostos para as famílias e empresas do Concelho. -----

As demonstrações desse poder absoluto, autocraticamente exercidas, só porque sim, é um claro desrespeito democrático pela maioria eleitoral que não vota ou não votou PS. -----

É absolutamente imperioso que a maioria absoluta do Partido Socialista que governa a Câmara Municipal de Odivelas observe as regras elementares de pluralismo democrático, com respeito por todas as correntes políticas. -----

Para que se concretize um verdadeiro projeto de desenvolvimento para o nosso território há ainda muito trabalho pela frente, envolvendo os diferentes órgãos autárquicos, executivos ou deliberativos, e também a sociedade civil, que se mostra cada vez mais exigente e inconformada pelos escassos resultados obtidos

**Câmara Municipal de Odivelas**

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)

até agora, descontente por viver entre cimento, e betão, com falta de espaços verdes e de lazer, limpeza urbana, serviços de saúde adequados e qualidade de vida a menos. -----

O Chega pretende ser parte da solução e não do problema e estará, com uma oposição construtiva, disponível para apoiar e votar favoravelmente todos os projetos que se afigurem favoráveis aos nossos municípios, ao desenvolvimento social, económico, cultural, desportivo e ambiental do nosso Concelho. ----

Apoiaremos também todas as ações que contribuam para a inversão da tendência crescente de tornar a cidade de Odivelas e as suas vilas urbanas em dormitórios com populações desenraizadas e que fazem a sua vida social, económica, de prática desportiva e cultural em Lisboa e noutros concelhos limítrofes com melhor oferta para a qualidade de vida dos cidadãos. -----

No Orçamento e GOP(s), sem discussão prévia, apresentado pela maioria do PS que governa a Câmara de Odivelas, não vemos qualquer ação que inverta o paradigma da atual gestão, que continua a privilegiar o cimento e o betão, em detrimento das pessoas que continuam, sem oferta cultural adequada, sem estacionamento, sem espaços verdes, sem estruturas de apoios sociais em número suficiente e apoiadas pelo Executivo, sem segurança eficaz por falta de efetivos policiais e instalações da PSP, falta de melhor rede de transportes nas áreas rurais e urbanas, onde o “Voltas” não chega e também com deficientes serviços de saúde, por falta de médicos e enfermeiros, ao que acresce um peso excessivo na cobrança dos impostos que o Executivo poderia baixar e assim aliviar a pressão financeira das famílias e empresas do nosso Concelho, razão pela qual votámos contra o Orçamento para 2022 e as GOP(s) para o mandato de 2021-2025. -----

Considerando os pressupostos elencados e sem negar alguns aspetos positivos previstos no GOP, o Chega não pode deixar de votar contra o Orçamento para 2022 e as GOP(s) para o mandato de 2021-2025.” -----

## **PONTO DOIS - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2021, A LIQUIDAR EM 2022. (DJAG) -----**

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2021/8933, de 2021-12-06, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

### **Informação: -----**

“Considerando que: -----

1. De acordo com a alínea a) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e o artigo 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) -----

incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizem; 2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do art.º 112º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte entre os limites de 0,3% e 0,45%; 3. Nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 112º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, isto é, aqueles que face “ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função e façam perigar a segurança de pessoas e bens”; 2/3 4. Ao abrigo do n.º 3 do art.º 112º do CIMI, a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, é elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou nos casos de prédios em ruínas, como tal definidos no Regulamento Municipal de Identificação de Imóveis para Aplicação de Majoração e Minoração da Taxa de IMI, publicado no Diário da república n.º 6 – 2ª série de 09/01/2020. 1. O artigo 112-A do CIMI prevê que, por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser fixada uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, em função do número de dependentes que, nos termos previstos no Código do Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de Dezembro, de acordo com a seguinte tabela: N.º de Dependentes a cargo\* Dedução Fixa 1 20 € 2 40 € 3 ou mais 70 € \*à data de 31/12/2021 Considerando ainda que: -----

2. Nos termos dos n.ºs 14 e 16 do art.º 112.º do CIMI, as deliberações da Assembleia Municipal referidas nos mesmos devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até 31 de dezembro, para vigorarem no ano seguinte, 3. Para efeitos da aplicação da taxa do IMI, e em cumprimento do n.º 3, n.º 15 e n.º 16 do art.º 112.º do CIMI, os serviços municipais competentes elaborarão as listagens das situações previstas nos números 2 e 3 desta informação para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno. Nestes termos propõe-se: Submeter a deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, sendo posteriormente apresentada à assembleia municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1.º do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para vigorar no ano de 2021, com efeitos na liquidação que será feita em 2022: -----

1. A fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,36% para os prédios urbanos, conforme alínea c), do n.º 1 e nos termos do n.º 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas; -----

2. Nos termos e para os efeitos do n.º 8, do art.º 112.º do diploma citado no número anterior, a majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados; -----

3. A elevação para o triplo da taxa de IMI aplicável para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e/ou para os prédios em ruínas nos termos do n.º. 3, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis; 4. A redução da taxa de IMI, no caso de imóvel destinado a habitação própria e

permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, que nos termos do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário, em: -----

a) 40 €, para 2 dependentes a cargo; -----

b) 70 €, para 3 ou mais dependentes a cargo." -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:** -----

"Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara." -----

**O Senhor Vereador Fernando Painho** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"A CDU vai abster-se nesta proposta. -----

Nós, há muitos anos que vimos falando daquilo que é a essência desta Lei, e a essência desta Lei é suportarmos grande parte das finanças dos municípios, através do Imposto Municipal sobre Imóveis. Esta Lei obviamente empurra, em termos objetivos, os municípios para o deixar construir, uma vez que as suas finanças são suportadas por esta via. É assim, e pior ainda, é daí que vêm as receitas e, portanto, este mecanismo de financiamento das autarquias, em particular nas grandes áreas metropolitanas, afigura-se-nos como uma coisa profundamente perversa. -----

Depois falamos em territórios equilibrados sustentáveis blá, blá... uma série de coisas, mas de facto na raiz disto temos algo que nos empurra precisamente para o contrário. Isto agravou-se e temo-lo dito bastantes vezes, agravou-se com a entrada na zona euro onde se verificou uma mudança no tipo de aposta capital, de bens transacionáveis para bens fixos e claro, que tudo isto tem forte impacto nos territórios ligados às áreas metropolitanas. -----

Continuamos a achar que esta Lei e este modelo de financiamento dos municípios é perverso, em nossa opinião, devíamos ter menos influência disto e mais influência de transferências diretas do Estado Central. É claro que nada disto acontece por acaso, nós sabemos, vamos abster-nos porque em relação à taxa que é proposta, dos 0,36, tal como no ano passado parece-nos razoável, não cremos que baixar 0,2% do valor, sejam os tais 0,2% que a bancada do PSD falou, que fosse a marca milagrosa, que fosse resolver o problema dos impostos, agora como sabem também não estamos de acordo com a lógica do IMI familiar e só por isso é que nos abstermos senão votaríamos a favor." -----

Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS, com a abstenção do Senhor Vereador da bancada da CDU e com os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Odivelas a Mudança é Agora – PPD/PSD/CDS/PP/ALIANÇA/PDR/PPM/RIR e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis Respeitantes ao Ano de 2021, a Liquidar em 2022, conforme informação acima referida. -----

O Senhor Vereador Fernando Painho apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“Desde há muito tempo que a CDU defende que o mecanismo de financiamento das autarquias tem de ser combatido e revisto. -----

As consequências práticas deste modelo, principalmente para os municípios com maior pressão urbanística, são tendentes a alguma permissividade em relação ao aumento de construções, no que respeita a grandes urbanizações. Enfim, fenómenos que todos conhecemos. -----

Acresce que esta Lei se conjuga com a entrada na zona Euro, que vem potenciar ainda mais a troca de produção de bens transacionáveis para bens fixos, e também vem potenciar a atuação sobre grandes parcelas do território urbano, através do sistema bancário e financeiro. -----

Para a CDU, a questão fundamental é política e, como responsáveis autárquicos, conhecendo o que é já hoje o panorama do nosso país com os graves problemas de desenvolvimento urbano, não podemos deixar passar isto em claro. -----

Aos autarcas, impõe-se que assumam uma posição clara para que o IMI deixe de ser a principal fonte de financiamento dos municípios, porque este sistema é perverso em concelhos como Odivelas, é perverso em toda a Área Metropolitana, porque no fundo pede-se aos responsáveis autárquicos que façam o contrário daquilo para onde este sistema os empurra. -----

Para nós, CDU, crescimento urbano não é sinónimo de desenvolvimento urbano, nem é sinónimo de qualidade de vida. Se se quiser conter o crescimento urbanístico, este simples acto torna-se tão difícil como complexo quanto se tem ao dispor legislação que promove o financiamento municipal através das ações urbanísticas. -----

Sobre o que está para deliberação, revendo-nos na proposta de que a taxa seja fixada em 0,36%, s discordamos da aplicação do IMI familiar, posição que é sobejamente conhecida, pois ao contrário do que é afirmado, a mesma em nada contribui para o incentivo à natalidade. -----

Pelas razões expostas, o nosso voto é abstenção.” -----

**A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes** apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“Existe em Portugal um problema grave de habitação, e em Odivelas concelho às portas de Lisboa, é dramática a disparidade entre o valor das casas disponíveis para venda ou arrendamento e o rendimento per capita. Esta realidade, na prática, impede milhares de famílias de aceder a uma habitação. Para as que conseguem adquirir casa essa decisão representa um sacrifício fortemente penalizador do orçamento familiar durante muitos anos, muitas vezes possível de suportar apenas com ajuda familiar. A esta realidade de penúria acresce o Imposto Municipal de Imóveis, sem dúvida um dos impostos que mais penaliza, de forma imediata, quem recorre à compra de habitação própria permanente, muitas vezes forçado a isso em virtude de um mercado de arrendamento cronicamente insuficiente e, por essa razão, inflacionado. Mercado de arrendamento que nunca recuperou do pacote de medidas legislativas em matéria de habitação aprovadas pelo Governo do Partido Socialista, que enfiou na gaveta o subsídio de renda, criado em 2015, pelo PSD. Ora, o Imposto Municipal sobre Imóveis é precisamente um imposto que constitui receita dos municípios, sobre o qual estes podem decidir a taxa a cobrar. O PSD, reconhecendo o impacto violento deste imposto nos orçamentos dos municípios de Odivelas, concelho com um dos mais baixos poderes de compra da Área Metropolitana de Lisboa, desde 2017 tem vindo a propor a redução do IMI, atendendo também à situação financeira da Autarquia, que comportaria esta medida sem comprometer a capacidade de investimento municipal. Neste sentido, o PPD-PSD, novamente, propõe uma redução da Taxa do Imposto Municipal de Imóveis de 0,37% para 0,34% para os prédios urbanos. Tendo presente o papel que o IMI pode ter enquanto instrumento regulador do mercado de habitação, mas também instrumento indutor da regeneração urbana e de coesão territorial, o PSD volta a propor uma minoração de 20% na taxa de IMI dos prédios arrendados para habitação própria no Concelho. Este não é o entendimento do Partido Socialista que em ano pré-eleitoral apresentou uma redução simbólica da taxa de IMI de 0,37% para 0,36%, taxa que se mantém para 2022, demonstrando ausência de honesta vontade de intervir no alívio da carga fiscal das famílias de Odivelas, precisamente em tempos de crise económica e de incerteza no rendimento. O ténue caminho de alívio fiscal encetado em 2020 para ser encarado com seriedade teria obviamente de continuar em 2021 e manifestar-se numa nova redução da taxa de IMI. Assim não é, ficando a próxima redução aguardar a oportunidade política de novo ano pré-eleitoral em 2024. Os municípios em Odivelas merecem mais respeito, pelo que o PSD vota contra a presente proposta.” -----

**PONTO TRÊS – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS REFERENTE AO ANO DE 2022, A LIQUIDAR EM 2023. (DJAG)** -----

-----  
-----  
-----  
Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2021/8935, de 2021-12-06, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

**Informação:** -----

-----  
-----  
“Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, “os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código de IRS. -----

Esta participação depende de deliberação municipal quanto à percentagem pretendida de IRS. Deste modo, deve a Câmara Municipal de Odivelas comunicar eletronicamente, até 31 de dezembro de 2021, a percentagem pretendida quanto à participação variável no IRS de 2022, a liquidar em 2023, estabelecendo o n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que a ausência de comunicação ou receção para além do prazo legalmente estabelecido equivale à falta de deliberação e à perda de direito à participação variável por parte do município. -----

Nestes termos propõe-se, submeter a deliberação da Câmara Municipal de Odivelas e, posteriormente apresentada à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a participação do Município de Odivelas no IRS de 2022 seja fixada nos 5%.” -----

-----  
-----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:** -----

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----

-----  
-----  
Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS, do Senhor Vereador da bancada da CDU e com os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Odivelas a Mudança é Agora – PPD/PSD/CDS/PP/ALIANÇA/PDR/PPM/RIR e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt

**de Participação Variável no IRS Referente ao Ano de 2022, a Liquidar em 2023, conforme informação acima referida.** -----

**O Senhor Vereador Fernando Painho** apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

“A participação variável das Câmaras Municipais, na coleta do IRS, uma modalidade criada e desenvolvida no âmbito da nova Lei das Finanças Locais, lei que como é sabido, discordamos profundamente, porque é prejudicial para as autarquias. Aliás é também importante sublinhar que esta discordância é também partilhada pela ANMP e pela esmagadora maioria dos autarcas. -----

Desde logo porque este imposto, sendo de taxa progressiva, apesar de algumas distorções, traduz alguma aproximação a princípios de solidariedade e justiça distributiva, pelo que nada justifica que se introduzam fatores aleatórios que prejudiquem ainda mais a já debilitada justiça fiscal relativa que lhe é inerente. -----

Sendo para nós uma certeza que o desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que o Governo e a Assembleia da República têm que dar resposta, seja pela revisão dos escalões de tributação, seja pelo alargamento das deduções à coleta, o que não faz qualquer sentido é que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento se possa fazer desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras, da vontade política ou de meras opções demagógicas. -----

Tal como não faz sentido que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito. -----

Por outro lado, o benefício fiscal que adviria dos municípios abdicarem, no todo ou em parte, dessa participação, para além de ser praticamente nulo para a grande maioria dos contribuintes e irrisório para muitos outros, seria socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maiores fossem os rendimentos. O que significa, de facto, não é uma diminuição da carga fiscal, mas sim a sua redistribuição em desfavor dos que menos têm, e dos trabalhadores em geral, diminuindo os impostos sobre a riqueza e os rendimentos elevados e eliminando a sua função redistributiva. -----

Por estas razões e em coerência, o nosso voto favorável à proposta apresentada, que mantém a situação já existente.” -----

**A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes** apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----



“Desde 2020 enfrentamos uma crise de saúde pública com repercussões a nível económico e social, de dimensões ainda difíceis de perceber. Sabe-se que a crise provocada pela pandemia de Covid-19 resultou numa perda substancial de rendimentos para a população portuguesa, que aumentou em 25% a taxa de risco de pobreza que em Portugal e que uma em cada seis crianças vive em situação de pobreza. As autarquias pela sua proximidade às pessoas, pelas suas diversas competências, nomeadamente em matéria tributária podem ser agentes decisivos na mitigação dos impactos sociais e económicos da crise que vivemos. Precisamente pelo exposto, não nos revemos na opção do executivo municipal, liderado pelo Partido Socialista, de novamente este ano, num contexto económico de perda de rendimento para as famílias manter uma participação do Município no IRS de 2022 de 5%, o máximo que a lei prevê. Tendo em consideração, que a população do município de Odivelas é constituída por classes mais expostas e vulneráveis à perda de rendimentos em função do contexto pandémico menos se compreende esta decisão. Novamente, o PSD propõe à Câmara Municipal a descida de 20% da participação variável do IRS, no próximo ano de 2022, para 4%”

**O Senhor Vereador Fernando Paíño Ferreira pela bancada da CDU** apresentou uma Adenda ao Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, “Lançamento da Derrama Referente ao Ano de 2021, a aplicar em 2022”, que seguidamente se transcreve: -----

“Considerando que: -----

Os Vereadores da CDU, em conformidade com o tecido económico e social do Município de Odivelas, sendo ele maioritariamente constituído por micro, pequenas e médias empresas, consideram que seria de aprovar a seguinte isenção, da derrama referente a 2021 a aplicar em 2022: – **Isenção da derrama para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000 euros.** -----

Nestes termos, os Vereadores da CDU, têm a honra de propor, acrescentar à deliberação um ponto 3, com a seguinte redação: -----

*3. Isenção para o ano 2021, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros.* -----

Passando assim, a CMO a deliberar: -----

Nestes termos propõe-se submeter a deliberação da Câmara Municipal, para posteriormente submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), do nº 1, do art.º 33.º e da alínea d), do nº 1, do art.º 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da alínea c) do art.º 14.º, do n.º 2 do artigo 16.º e do art.º 18.º, todos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o seguinte: -----

**Câmara Municipal de Odivelas**

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Cuilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt



1. O lançamento, em 2021, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; -----
2. A isenção da Derrama em 2021, para as pessoas coletivas que, cumulativamente, instalem a sua sede social no Concelho de Odivelas e criem novos postos de trabalho ou provem não terem reduzido o número de postos de trabalho relativamente ao ano anterior, nos termos definidos no “Regulamento das Condições de Reconhecimento da Isenção de Derrama”, publicado no boletim Municipal das Deliberações e Decisões, ano XV-Nº 8 de 22 de abril. -----
3. Isenção para o ano 2021, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros.” -----

-----

**O Senhor Presidente** colocou à votação a admissão da **Adenda ao Ponto Quatro** da Ordem de Trabalhos, “**Lançamento da Derrama referente a 2021 a aplicar em 2022**”, apresentada pela **bancada da CDU**, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----

**PONTO QUATRO - PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA REFERENTE AO ANO DE 2021, A APLICAR EM 2022. (DJAG/DLDE/SADEE)** -----

-----

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2021/7595, de 2021-10-15, com os despachos da Senhora Vereadora Mónica Vilarinho e do Senhor Presidente, que seguidamente se transcrevem: -----

-----

**Informação:** -----

-----

“A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, constituindo assim uma fonte de receita para os municípios, de acordo com a alínea c) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e obedece aos critérios elencados no art.º 18.º do mesmo diploma. -----

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, os municípios podem definir anualmente o valor da derrama a cobrar até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes no território municipal. -----

português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----

A comunicação da presente deliberação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) terá de ser efetuada até ao próximo dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação, sob pena da liquidação e cobrança da derrama serem efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data, conforme n.ºs 17 e 18 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. -----

Nestes termos propõe-se submeter a deliberação da Câmara Municipal, para posteriormente submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º e da alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da alínea c) do art.º 14.º, do n.º 2 do art.º 16.º e do art.º 18.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o seguinte: -----

1. O lançamento, em 2021, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas; -----
2. A isenção da Derrama em 2021, para as pessoas coletivas que, cumulativamente, instalem a sua sede social no Concelho de Odivelas e criem novos postos de trabalho ou provem não terem reduzido o número de postos de trabalho relativamente ao ano anterior, nos termos definidos no “Regulamento das condições de reconhecimento da isenção de derrama”, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, Ano XV – Nº 8 de 22 de abril.” -----

#### **DESPACHO DA SENHORA VEREADORA** -----

“Ao Sr. Presidente com proposta de inclusão na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----

#### **DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:** -----

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----

**Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS, a abstenção do Senhor Vereador da bancada da CDU e com os votos contra dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Odivelas a Mudança é Agora – PPD/PSD/CDS/PP/ALIANÇA/PDR/PPM/RIR e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta de Lançamento da Derrama Referente ao Ano de 2021, a aplicar em 2022, conforme informação acima referida.** -----

**Câmara Municipal de Odivelas**

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)



O Senhor Vereador Fernando Painho apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve:-----

“A CDU, procurando refletir nas propostas que apresenta a realidade social do tecido económico do concelho de Odivelas, que é maioritariamente constituído por micro, pequenas e médias empresas, considerou oportuno apresentar uma proposta, a complementar a proposta apresentada pela CMO, de isenção, da derrama referente a 2021 a aplicar em 2022: - Isenção da derrama para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000 euros. Nestes termos, o Vereador da CDU, propôs, acrescentar à deliberação um ponto 3, com a seguinte redação: 3. Isenção para o ano 2021, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros. Passando assim, a CMO a deliberar: Nestes termos propõe-se submeter a deliberação da Câmara Municipal, para posteriormente submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), do nº 1, do art. 33º e da alínea d), do nº 1, do art. 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da alínea c) do art. 14.º, do nº 2 do artigo 16.º e do art. 18.º, todos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o seguinte: 1. O lançamento, em 2021, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; 2. A isenção da Derrama em 2021 para as pessoas coletivas que, cumulativamente, instalem a sua sede social no Concelho de Odivelas e criem novos postos de trabalho ou provem não terem reduzido o número de postos de trabalho relativamente ao ano anterior, nos termos definidos no “Regulamento das Condições de Reconhecimento da Isenção de Derrama”, publicado no boletim Municipal das Deliberações e Decisões, ano XV-Nº 8 de 22 de abril. 3. Isenção para o ano 2021, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros. Lamentavelmente a proposta da CDU, de apoio às micro, pequenas e médias empresas do concelho de Odivelas não foi viabilizada. Com esta postura, os eleitos do PS simplesmente se escusaram à mera tentativa de poder vir a aprovar ainda para o ano que vem, uma isenção dirigida ao tecido empresarial do concelho com mais dificuldades, alegando formalismos legalistas, não mostrando qualquer vontade em tentar encontrar a solução. Perante esta atitude, a CDU na CM Odivelas, absteve-se na proposta apresentada pelo executivo PS porque embora esta apoie o tecido empresarial do concelho de Odivelas, considera que é um apoio insuficiente, principalmente num momento tão difícil para o micro, pequenos e médios empresários, em que o país está a tentar sair de uma situação pandémica e portanto, de revitalização do tecido empresarial. O intuito da nossa proposta era a de alargar o apoio às empresas com o objetivo da valorização e criação de postos de trabalho.” -----



**A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes** apresentou uma declaração de voto que seguidamente se transcreve. -----

-----

“A pandemia COVID-19 e as medidas necessárias à sua contenção traduziram-se num choque muito severo sobre o tecido empresarial português, sendo o alojamento, restauração, atividades turísticas e transportes de passageiros os sectores mais afetados. Em 2020 a pandemia levou à insolvência de mais de 2200 empresas. A capacidade de enfrentar a crise varia consoante a dimensão das empresas, sendo que as grandes e médias empresas apresentam uma percentagem de resiliência maior que as microempresas. Numa lógica de transparência e de gestão municipal que se pretenderia atenta à realidade do Concelho seria fundamental que a apresentação da proposta da derrama a aplicar em 2022 no Concelho de Odivelas viesse acompanhada de dados estatísticos sobre o impacto da pandemia no tecido empresarial do Concelho, no ano de 2020. Informação essencial para uma tomada de decisão assente em dados concretos. Podemos, contudo, com segurança presumir que a crise de saúde pública que vivemos desde o início de 2020 teve repercussões no tecido empresarial concelhio pelo que se tornaria fundamental agir com a intenção de travar as consequências destrutivas no tecido produtivo e apresentar uma proposta de aplicação de derrama em 2022 que fosse sensível ao contexto económico dos dois últimos anos. Mas não. A proposta de derrama que se encontra a deliberação mantém a taxa máxima - 1,5% - sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. Como se nada se tivesse passado, como se tudo estivesse na mesma.... Apoiar o tecido empresarial, é fundamental para a retoma económica, para o equilíbrio social, mas também como sinal de incentivo para a captação de investimento para o território de Odivelas. Deste modo, novamente, propomos a redução deste imposto em meio ponto percentual, para 1% e a isenção para as empresas com lucro tributável inferior a 150.000 Euros. Em coerência com o exposto, e uma vez que as opções do Partido Socialista denotam uma completa insensibilidade com a realidade económica que vivemos, votamos contra a manutenção da taxa da derrama no limite máximo.” -----

-----

**Tendo em conta a votação do Ponto Quatro, a Proposta apresentada pela bancada da CDU ficou prejudicada.** -----

-----

**PONTO CINCO - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – (TMDP) - 2022. (DJAG)** -----

-----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt



Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2021/8936, de 2021-12-06, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

**Informação:** -----

“Considerando que: -----

A alínea o) do art. 14º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento a favor daqueles. -----

A Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas, na sua atual redação, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do artigo 106º, «com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município»; -----O art.º 106 da Lei 5/2004 refere que o percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %-----

Nestes termos propõe-se que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal de Odivelas e, posteriormente apresentada à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **a aprovação da aplicação do percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem** para vigorar no ano de 2022

**O Senhor Vereador Fernando Painho** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Vou-me repetir, mas cada vez mais me repito com mais convicção, até porque este tema das possibilidades de repercussão sobre os consumidores finais de taxas que os municípios lançam sobre os operadores, mostra até que ponto o poder dos grandes grupos se faz exercer no nosso país. -----

Agora anda muito nas redes sociais uma questão muito interessante, aliás colocada pelo PCP, de facto uma botija de gás produzida pelas mesmas empresas e setores, em Portugal custa 30€ e as mesmas empresas e grupos, em Espanha, vendem a 14€. -----

Tudo isto são pontos que obviamente merecem, da parte de quem é político, uma reflexão séria e profunda. Nós vamos obviamente votar contra esta proposta, e porquê? -----

Porque o que fundamentalmente o que nos interessa é o seguinte, obviamente não questionamos a legitimidade do lançamento destas taxas que nos parecem perfeitamente legais e legítimas. -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Cuiilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)



A questão com que não concordamos é que uma Lei que foi feita para o ónus recair sobre as empresas operadoras de subsolo, haver um governo que, primeiro no governo de José Sócrates, os municípios iniciam um confronto com as operadoras e depois o governo cede aos grupos económicos e abre as portas para que esse ónus, não senhor, sai uma Lei que permitiu que as operadoras passassem a fazer a cobrança ao consumidor final. -----

No início da legislatura anterior, foi aprovada uma Lei que proibia a cobrança aos consumidores finais, mas mesmo assim esses senhores poderosos, resolveram que não cumpriam a Lei e recusaram-se a cumpri-la. O que era espectável é que o governo, legitimamente, os fizesse cumprir a Lei, mas não, o que aconteceu, pela segunda vez, é que o poder dos interesses e dos Lóbis é tal, que o governo mais uma vez voltou a permitir a cobrança sobre os consumidores finais e por isso, creio que para quem defende um Estado Democrático, estas questões devem fazer-nos refletir e como costume dizer, as coisas não são infinitamente elásticas, as coisas têm consequências e já é a segunda vez que acontece. Por isso o ónus e lá está, lá estão as taxas municipais de direito de passagem e a taxa de ocupação do subsolo nas nossas faturas, para cada um de nós pagar em vez de ser a multinacional. -----  
É isto, não tenho mais nada para dizer.” -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:** -----

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----

**Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e do Senhor Vereador da bancada do Chega, com os votos contra do Senhor Vereador da bancada da CDU e com a abstenção dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Odivelas a Mudança é Agora – PPD/PSD/CDS/PP/ALIANÇA/PDR/PPM/RIR, a Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – 2022, conforme informação acima referida.** -----

**PONTO SEIS - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2022. (DJAG/DRHF)** -----

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2021/8796, de 2021-11-30, com os despachos da Senhora Vereadora Mónica Vilarinho e do Senhor Presidente, que seguidamente se transcrevem: -----

**Câmara Municipal de Odivelas**

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt



-----  
-----  
**Informação:** -----  
-----

"De acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 29.º, da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as necessárias adaptações, o Mapa de Pessoal, para o próximo ano, deverá ser submetido à aprovação dos Órgãos competentes juntamente com a proposta de orçamento. -----

No cumprimento desses dispositivos legais, foi elaborada a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2022, em anexo, a qual tem como grande objetivo a adequação dos postos de trabalho previstos aos objetivos estratégicos desta Autarquia para o próximo ano e às efetivas necessidades dos serviços para a prossecução dos mesmos, tendo em consideração o seguinte: -----

- 1) Previsão de novos postos de trabalho que permitam a futura consolidação de situações de mobilidade na categoria e mobilidade intercarreiras; -----
- 2) Previsão de novos postos de trabalho tendo em vista a abertura de procedimentos concursais imprescindíveis ao cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, nomeadamente ao nível das carreiras de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional para o exercício de funções em diversas áreas da atividade municipal; -----
- 3) Eliminação de alguns postos de trabalho não ocupados referentes a diversas situações cuja ocupação não se revela necessária aos serviços. -----

Em face destas linhas orientadoras, o mapa de pessoal para 2022 contempla um total de 2003 postos de trabalho, encontrando-se ocupados, à presente data, 1565 (incluindo o pessoal não docente dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, no âmbito da transferência de competências na área da educação) e não ocupados 438 postos. -----

Em termos comparativos com o Mapa de Pessoal para 2021, o qual contemplava 1914 postos de trabalho, observa-se um acréscimo de 89 postos de trabalho, que resulta do seguinte: -----

- a) Criação de 117 postos de trabalho para o exercício de funções nas várias unidades orgânicas desta Câmara Municipal, designadamente: -----
  - **Técnico Superior** - 37 postos de trabalho; -----
  - **Assistente Técnico** - 44 postos de trabalho (1 destes postos é da categoria de Coordenador Técnico e 34 postos são de pessoal não docente e, destes 34 postos, 1 é da categoria de Coordenador Técnico); -----
  - **Assistente Operacional** - 36 postos de trabalho (sendo que 33 postos são de pessoal não docente); -----

- b) Eliminação de 28 postos de trabalho não ocupados sendo que, a maioria destes postos resultaram de situações de consolidações de mobilidades intercarreiras e de aposentações, não se revelando necessários para a prossecução das atribuições das respetivas unidades orgânicas. -----

De salientar ainda que esta proposta de Mapa de Pessoal contempla a descrição das funções associadas a cada carreira/categoria. -----

Da proposta de Mapa de Pessoal aqui apresentada, deu-se conhecimento às Organizações Sindicais, representativas dos trabalhadores desta Câmara Municipal, conforme documento anexo. -----

Mais se informa que esta proposta de mapa está espelhada na proposta de Orçamento para 2022, o qual prevê a dotação correspondente ao número de postos de trabalho previstos. -----

Neste sentido e considerando que: -----

1 – Foi identificada, em função das atividades de carácter permanente a desenvolver pela CMO, a necessidade de recrutamento de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, por tempo indeterminado, através de procedimentos concursais, os quais devem ser abertos ao abrigo e nos limites constantes no plano anual de recrutamento, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 30º da LTFP, na sua atual redação; -----

2 – De acordo com as novas necessidades de recrutamento identificadas, os postos de trabalho previstos e não ocupados serão para reforçar as equipas de diversas áreas de atuação, com recurso a 101 contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, como segue: -----

- 1 Técnico Superior para o Gabinete de Comunicação, Relações-Públicas e Protocolo, na área de Vídeo Comunicação e Multimédia; -----
- 2 Técnicos Superiores (área de Direito e Economia) e 1 Assistente Técnico para a Divisão de Licenciamentos e Desenvolvimento Económico; -----
- 1 Técnico Superior (área de Medicina Veterinária/Enfermagem Veterinária/Eng.º Produção Alimentar/Eng.º Produção Animal/Direito) e 2 Assistentes Operacionais para o Serviço de Veterinária Municipal; -----
- 3 Técnicos Superiores para o Serviço Municipal de Proteção Civil; -----
- 1 Assistente Operacional e 3 Assistentes Técnicos para a Divisão Jurídica e de Organização Municipal; -----
- 1 Técnico Superior para a Divisão de Cultura e Turismo, na área de História de Arte e Património/Museologia; -----
- 3 Assistentes Técnicos para a Divisão de Fiscalização Municipal; -----
- 1 Assistente Técnico e 1 Técnico Superior, na área de Engenharia Civil, para a Divisão de Licenciamento de Obras Particulares; -----

- 4 Técnicos Superiores (2 na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e 2 na área de Educação Física e Desporto) para a Divisão de Desenvolvimento Desportivo; -----
- 33 Assistentes Operacionais para a Divisão de Educação (Pessoal Não Docente), para reforço das equipas de controlo e vigilância dos alunos, limpeza de instalações e apoio ao pessoal docente; -----
- 14 Assistentes Técnicos para a Divisão de Educação (Pessoal Não Docente), para reforçar as equipas das secretarias dos agrupamentos de escolas; -----
- 8 Assistentes Técnicos e 1 Coordenador Técnico para a Divisão de Educação, para formar a Secretaria-geral; -----
- 1 Assistente Técnico e 3 Técnicos Superiores (área de Nutrição, Ciências Sociais e Humanas e Direito) para reforço da Divisão de Educação; -----
- 3 Assistentes Técnicos e 6 Técnicos Superiores (área de Ciências Sociais e Humanas) para a Divisão de Coesão Social; -----
- 1 Técnico Superior para a Divisão Financeira e de Aprovisionamento para a área de Ciências Económicas e Financeiras; -----
- 1 Assistente Técnico e 1 Técnico Superior (área de Higiene e Segurança no Trabalho) para a Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial; -----
- 4 Técnicos Superiores (3 na área de Engenharia Civil e 1 na área de Engenharia Eletrotécnica) para a Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos; -----
- 1 Técnico Superior para o Gabinete de Planeamento Estratégico e Projetos Especiais na área de Geografia de Ordenamento do Território. -----

Nestes termos propõe-se que o presente assunto seja submetido à consideração da Sra. Vereadora Mónica Vilarinho, para que, em caso de concordância, determine a sua inserção na ordem de trabalhos da Reunião da Câmara Municipal em que ocorra a aprovação do Orçamento Municipal e, em caso de aprovação por este Órgão, determine o seu envio à Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para: -----

1. A aprovação do Mapa de Pessoal para 2022; -----
2. Que, para que possamos obter critérios de eficiência e eficácia e para uma melhor agilização na gestão de recursos humanos, seja concedida autorização para proceder à abertura de procedimentos concursais e ou acionamento de reservas de recrutamento, para candidatos com ou sem vínculo de emprego público, supra identificados, bem como os demais que se revelem necessários ao preenchimento dos postos de trabalho que venham a ficar vagos durante o ano de 2022, nos rigorosos limites do mapa de pessoal aprovado e ao abrigo do n.º 3, artigo 28º, conjugado com os n.ºs 4 e 6, artigo 30º da LTFP.” -----

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt

-----  
-----  
**O Senhor Vereador Fernando Painho** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
“Nós faremos chegar também uma Declaração de voto sobre este ponto. -----  
Quero só destacar dois aspetos, naturalmente que valorizamos alguns aspetos do atual mapa de Pessoal, nomeadamente o alargamento dos lugares para suprir necessidades que neste momento são muito importantes, nomeadamente na área dos Assistentes Operacionais, mas continuamos a achar muito importante que é necessário criar na Câmara Municipal o setor operário, com operacionais em determinadas áreas e de serviços que continua por fazer e que consideramos muito importante. -----  
De qualquer maneira votaremos favoravelmente.” -----  
-----

-----  
**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA** -----

-----  
“Ao Sr. Presidente com proposta de inclusão na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----  
-----

-----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:** -----

-----  
“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----  
-----  
-----

**Aprovada, por unanimidade, a Proposta de Mapa de Pessoal para 2022, conforme informação acima referida.** -----  
-----  
-----

**O Senhor Presidente** apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----  
-----

“A pandemia colocou o mundo em suspenso. Face a esta emergência sanitária continuamos a atravessar momentos de grande complexidade e indefinição que nos têm imposto um amplo conjunto de desafios, nos diversos domínios: a nível económico, social e mesmo pessoal. A apresentação destes documentos previsionais decorre no contexto dessa conjuntura singular a nível global, exigindo-nos, por isso, prudência e realismo, mas sem descurar a ambição na prossecução do nosso objetivo central: a melhoria da qualidade de vida dos odivelenses e a construção de um território mais coeso, mais moderno e qualificado. No passado dia 26 de setembro, a população de Odivelas afirmou a sua aposta, de forma esclarecedora e inequívoca, num projeto de continuidade que nos assegura a estabilidade governativa necessária para

prossequirmos o caminho que tem representado desenvolvimento e avanços transformadores para o Concelho. O Executivo Municipal liderado pelo PS irá, portanto, manter-se focado em trabalhar com as pessoas e para as pessoas, num diálogo permanente de proximidade e confiança, dando continuidade a um vasto conjunto de investimentos de requalificação e modernização no nosso território, sempre com rigor para com os resultados das políticas propostas. Porém, este novo ciclo autárquico inicia-se, também, com uma indesejada crise política nacional, que tem como primeira consequência o adiamento da aprovação do Orçamento de Estado para 2022, causando um inevitável impacto junto dos municípios, de forma direta e indireta. O reforço nas transferências financeiras do Estado Central para o nosso município que estava previsto, superior a meio milhão de euros, ficará, por isso, suspenso. O Orçamento e as GOP's do Município de Odivelas para 2022 partem, nesse pressuposto, de duas premissas fundamentais. A primeira encontra-se associada à continuidade do trabalho realizado, com o encerramento do quadro comunitário - Portugal 2020 e com a transição, para 2022, de cerca de 30 milhões de euros de dívida, decorrentes de projetos lançados em todo o município, capacitando-o com novas infraestruturas, novos equipamentos (de natureza educativa, cultural e desportiva) e a revitalização do Espaço Público. A segunda premissa assenta no imperativo de responder aos anseios da população e não defraudar as justas expectativas depositadas. Para tal, estão já espelhadas nestes documentos as bases inscritas no compromisso eleitoral, que foi sufragado pelos Odivelenses, e que dão, naturalmente, primazia ao desenvolvimento local e ao maior capital deste território: as pessoas. A par do referenciado, o apoio social, a requalificação urbana, assim como o reforço das acessibilidades, da segurança e da prestação dos serviços essenciais aos cidadãos, aliados a uma gestão financeira com rigor e criteriosa, continuarão a revelar-se como as grandes bandeiras da atuação desta Autarquia. -----

O Mapa de Pessoal para 2022 tem como grande objetivo a adequação dos postos de trabalho previstos às definições estratégicas do Município para o próximo ano e às efetivas necessidades identificadas dos serviços para a prossecução dos mesmos. Destaque para a previsão de novos postos de trabalho que permitem a futura consolidação de situações de mobilidade na categoria e mobilidade intercarreiras, como também a abertura de novos procedimentos concursais para o exercício de funções em diversas áreas da atividade municipal, imprescindíveis para o cumprimento da prestação de um serviço público de qualidade e eficiência. -----

Em termos comparativos com o Mapa de Pessoal para 2021, o qual contemplava um total de 1.914 postos de trabalho, regista-se um acréscimo de 89 postos de trabalho, que resulta no seguinte: a) Criação de 117 postos de trabalho (37 na carreira de Técnico Superior, 44 de Assistente Técnico e 36 de Assistente Operacional); b) Eliminação de 28 postos de trabalho não ocupados sendo que, todos estes postos resultaram de situações de consolidações de mobilidades intercarreiras e aposentações, não se revelando necessários para a prossecução das atribuições das respetivas unidades orgânicas. Reforça-se que os principais desígnios da CMO assentam na defesa dos direitos e da dignidade de todas e de todos os seus

trabalhadores e na garantia de que tenham mais e melhores condições de trabalho. Os Eleitos do Partido Socialista em Odivelas orgulham-se de estar na vanguarda de um conjunto de programas, projetos e iniciativas que se destinam a conceder respeito, igualdade e maior proteção aos trabalhadores desta Autarquia e às suas famílias. Sabemos reconhecer o empenho, o brio e o profissionalismo com que desempenham as suas funções, fatores que muito têm contribuído para o desenvolvimento do Concelho de Odivelas. Os documentos previsionais são, pois, e também, o reflexo da aposta que continuamos a efetuar no capital humano. Trata-se de um investimento reprodutivo num Município que está a crescer e a consolidar-se, e que pretende oferecer ainda mais e melhores serviços aos seus munícipes. A perseverança e a capacidade extraordinária das trabalhadoras e dos trabalhadores desta da Câmara Municipal de nunca se conformarem, mesmo em condições pessoais e familiares de grande adversidade, têm-se revelado determinantes para responder às múltiplas solicitações que diariamente nos têm desafiado.

Por isso, a todas e a todos deixamos uma palavra de apreço e estima, pelo empenho e pelo trabalho que têm realizado na prossecução dos bons resultados que temos alcançado nos últimos anos. Também o caminho de equilíbrio e sustentabilidade financeira é para continuar. O Orçamento do Município de Odivelas para 2022 revela ser um significativo exemplo das políticas que temos vindo a desenvolver, mesmo perante o contexto adverso que atravessamos, trilhando um ambicioso caminho de esperança, de total dedicação ao interesse público. Este é o Orçamento com que procuramos responder às exigências e aos obstáculos que temos pela frente, para que possamos proteger o nosso município e as pessoas que aqui vivem, estudam e trabalham. Os Eleitos do Partido Socialista continuam, como até aqui, firmemente empenhados em concretizar o compromisso assumido com os munícipes do nosso concelho. Este é o nosso propósito, e assim faremos! Face ao exposto, o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente as propostas de Orçamento e as Grandes Opções do Plano 2022, assim como do Mapa de Pessoal para 2022.”-----

-----  
**O Senhor Vereador Fernando Paíño** apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve. -----

-----  
“Este não é certamente o mapa de pessoal que desejaríamos para o Município, uma vez que deixa de fora algumas carreiras, nomeadamente na área operacional. Consideramos fundamental que a prestação do serviço público deva ser feita por funcionários afetos ao mapa de pessoal e que os serviços devam ser assegurados pela autarquia, sem necessidade de recorrer a prestadores de serviços e empresas especializadas nas várias áreas. Não tem sido essa a opção da gestão PS ao longo dos anos. -----

Não escamoteamos a necessidade de valorizar estes profissionais no que diz respeito aos salários e carreiras para contrariar a falta de atratividade destas atividades. Bem pelo contrário, enquanto força política

Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
www.cm-odivelas.pt

temo-nos batido para que tal aconteça, nos espaços onde essas decisões são tomadas, como seja nas discussões e propostas no âmbito do Orçamento do Estado. -----

Esta situação é bastante visível e agravou-se com a pandemia, porque é muito complicado ir buscar profissionais para vir para o setor público, quando o setor público paga mal, ou mesmo abaixo daquilo que seria espectável para funções que são determinantes. -----

Não obstante esta matéria, nós relevamos a situação de que existe um alargamento de lugares no Mapa de Pessoal para suprir necessidades que neste momento são muito importantes como por exemplo os Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos, nomeadamente nas escolas. -----

Por esse motivo o nosso voto é favorável." -----

#### **PONTO SETE – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. (DJAG/DFA) -----**

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2021/8930, de 2021-12-06, com o despacho do Senhor Presidente, que seguidamente se transcreve: -----

**Informação:** -----

“Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando: -----

a) *Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;* -----

b) *Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.* -----

Considerando que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos

de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Considerando ainda, que o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art.º 14.º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

Considerando que atenta esta possibilidade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos do município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho; -----

Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, -----

**Propõe-se, que, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citado, a Câmara Municipal delibere:** -----

1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, a proposta de Emissão de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal, para o mandato 2021/2025, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, e desde que sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----
2. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com o art.º 12.º do D.L. 127/2012 de 21/06, na sua atual redação, para o mandato 2021/2025, da proposta de Emissão de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal de Encargos não previstos nas Grandes Opções do Plano (PAMR e PPI), que não excedam o limite de 99.758,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e oito euros, e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e no D.L. n.º 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

3. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, proposta de Delegação no Presidente da Câmara Municipal da Competência para a Autorização de Assunção de Compromissos Plurianuais, relativa a despesas em que o valor do compromisso plurianual é inferior a 99.758,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e oito euros, e cinquenta e oito cêntimos). -----
4. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, proposta de Delegação no Presidente da Câmara Municipal da Competência para a Autorização de Assunção de Compromissos Plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e em conformidade com o regime da despesa pública, até ao montante permitido por lei. -----

Com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos a Câmara Municipal, prestará informação em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta e deliberação.” -----  
-----  
-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:** -----

“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----  
-----  
-----

**Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS e com os votos contra do Senhor Vereador da bancada da CDU, dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Odivelas a Mudança é Agora – PPD/PSD/CDS/PP/ALIANÇA/PDR/PPM/RIR e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais, conforme informação acima referida.** -----  
-----  
-----

**O Senhor Vereador Fernando Paíño** apresentou uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----  
-----  
-----

“À semelhança de anteriores inícios de mandato, e estritamente do ponto de vista político, a presente proposta, relativa à autorização genérica, para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, de contratos a que correspondam encargos financeiros plurianuais, sejam eles a aquisição de bens e serviços, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, entre outros, com

**Câmara Municipal de Odivelas**  
Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)

uma execução até 3 anos e cujo valor não exceda os 99 759,58 € em cada ano, a proposta que é presente, merece, por parte da CDU, uma posição desfavorável que justifica o voto contra e que se suporta nas razões colocadas na fase de discussão. -----

Esta apreciação não se restringe exclusivamente a esta questão. Ela não pode ser desligada, nem descontextualizada de outras decisões que aqui já foram tomadas, nomeadamente como a da delegação de competências da CMO no Presidente de Câmara, onde a maioria absoluta do PS optou pela delegação de competências nos limites máximos legalmente previstos. Na opinião da CDU, estas decisões são reveladoras de uma tendência centralizadora e por isso menos transparente. -----

Referimos na altura que tal significava retirar a este órgão a possibilidade de, sobre cada uma das situações, conhecer, apreciar e tomar a adequada posição de forma específica e diferenciada o que, do nosso ponto de vista, é inaceitável na medida em que tal significa aceitar demitirmo-nos da responsabilidade, enquanto eleitos e perante quem nos elegeu, do exercício dos poderes/deveres de acompanhamento e fiscalização da gestão que, enquanto força política na oposição nos estão cometidos, o que entendemos inaceitável. -----

Estas são exatamente as mesmas razões de fundo que justificam agora o voto contra esta proposta. -----

É entendimento da CDU, que tudo o que carece de deliberação ou parecer do órgão colegial, a esse órgão deverá ser submetido e o que dessa deliberação ou parecer não carecer, deverá então ser assumido por quem legalmente tenha essa competência, seja ela originária ou delegada. -----

Assim, assegurar-se-á melhor o respeito pelos princípios de rigor e transparência que sempre deverão nortear a atuação quer dos órgãos eleitos, quer dos seus membros, individualmente considerados. -----

Não intervimos nem desenhamos as nossas posições com base em qualquer preconceito ou juízo prévio, tal como não as construímos a partir de abstrações ou cenários genéricos. -----

As posições da CDU são tomadas perante propostas concretas, a partir da análise concreta que sobre elas efetuamos no coletivo e sempre, à luz do que entendemos dever ser uma gestão correta, rigorosa e prudente, com os olhos postos no que melhor serve este concelho e as populações. -----

E do nosso ponto de vista assim deveria continuar a acontecer, razão pela qual em nome do coletivo da CDU, votei contra esta proposta." -----

**PONTO OITO – PROPOSTA DE PROJETO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS: ABERTURA DE PROCEDIMENTO, SUA PUBLICITAÇÃO E TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE. (DJAG/DLDE)** -----

Presente para deliberação, o proposto na Informação n.º Interno/2021/38487, de 2021-12-07, com os despachos da Senhora Vereadora Mónica Vilarinho e do Senhor Presidente, que seguidamente se transcrevem: -----

**Informação:** -----

"Sr. Presidente, da leitura que fizemos do documento existem algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas, nomeadamente fala-se dos critérios que visam nalgum tipo de serviços o incentivo e noutras situações o desincentivo de utilização. Em concreto, por exemplo, na utilização dos equipamentos desportivos visa-se incentivar o uso de determinados equipamentos e desincentivar outros. Gostaríamos de ver clarificados os motivos. Há com certeza um fundamento para isso e conhecê-lo é importante para decidir o sentido de voto. Relativamente à questão de utilização do Mosteiro de S. Dinis está previsto a partir dos 12 anos um pagamento, se bem com um desconto, para os jovens do Concelho. Propomos que este equipamento tenha para os jovens um acesso gratuito. É fundamental que os equipamentos culturais estejam disponíveis, de portas abertas, sejam de acesso gratuito. É fundamental que as questões económicas não sejam impeditivas ou desincentivadoras do usufruto do património histórico e cultural por parte das gerações mais novas. Esta pode ser uma oportunidade efetiva de em matéria fiscal ter uma política de incentivo ao acesso aos bens culturais, tão mais importante tratando-se das camadas mais jovens da população, visando a criação de hábitos de visita e de desejo de conhecimento. Não vemos, por exemplo, aqui mencionado o Centro Interpretativo das Águas de Caneças, não percebemos se o acesso vai ser pago ou não, é uma questão que gostaríamos também de ver esclarecida, propondo desde já, também, que o acesso seja gratuito. Relativamente à exumação dos cadáveres em urnas de madeira no talhão muçulmano, assiste-se a um aumento de mais de 100% de 70€ a 82€ passa para 156,32€. É um aumento de mais de 100%, gostaríamos de perceber a que se deve esta atualização que é onerosa, considerando a sua percentagem. Em relação à Quinta das Águas Férreas existe uma intenção, ou seja, através das taxas municipais desincentivar o seu uso, isto entronca na minha intervenção inicial, quais são os fundamentos municipais que estão por detrás desta intenção de desincentivar, porque isto é importante para conformar uma tendência de voto, reconhecendo obviamente a necessidade, que já foi aqui referida, de que este regulamento seja atualizado e que se torne um corpo coerente e que dê resposta às necessidades dos tempos presentes." -----

**A Senhora Vereadora Ana Isabel Gomes** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

**Câmara Municipal de Odivelas**

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)

“Sr. Presidente, da leitura que fizemos do documento existem algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas, nomeadamente fala-se dos critérios que visam nalgum tipo de serviços o incentivo e noutras situações o desincentivo de utilização. Em concreto, por exemplo, na utilização dos equipamentos desportivos visa-se incentivar o uso de determinados equipamentos e desincentivar outros. Gostaríamos de ver clarificados os motivos. Há com certeza um fundamento para isso e conhecê-lo é importante para decidir o sentido de voto. Relativamente à questão de utilização do Mosteiro de S. Dinis está previsto a partir dos 12 anos um pagamento, se bem com um desconto, para os jovens do Concelho. Propomos que este equipamento tenha para os jovens um acesso gratuito. É fundamental que os equipamentos culturais estejam disponíveis, de portas abertas, sejam de acesso gratuito. É fundamental que as questões económicas não sejam impeditivas ou desincentivadoras do usufruto do património histórico e cultural por parte das gerações mais novas. Esta pode ser uma oportunidade efetiva de em matéria fiscal ter uma política de incentivo ao acesso aos bens culturais, tão mais importante tratando-se das camadas mais jovens da população, visando a criação de hábitos de visita e de desejo de conhecimento. Não vemos, por exemplo, aqui mencionado o Centro Interpretativo das Águas de Caneças, não percebemos se o acesso vai ser pago ou não, é uma questão que gostaríamos também de ver esclarecida, propondo desde já, também, que o acesso seja gratuito. Relativamente à exumação dos cadáveres em urnas de madeira no talhão muçulmano, assiste-se a um aumento de mais de 100% de 70€ a 82€ passa para 156,32€. É um aumento de mais 100%, gostaríamos de perceber a que se deve esta atualização que é onerosa, considerando a sua percentagem. Em relação à Quinta das Águas Férreas existe uma intenção, ou seja, através das taxas municipais desincentivar o seu uso, isto entronca na minha intervenção inicial, quais são os fundamentos municipais que estão por detrás desta intenção de desincentivar, porque isto é importante para conformar uma tendência de voto, reconhecendo obviamente a necessidade, que já foi aqui referida, de que este regulamento seja atualizado e que se torne um corpo coerente e que dê resposta às necessidades dos tempos presentes.” -----  
-----  
-----

**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA** -----

“Ao Sr. Presidente com proposta de inclusão na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.” -----  
-----  
-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:** -----

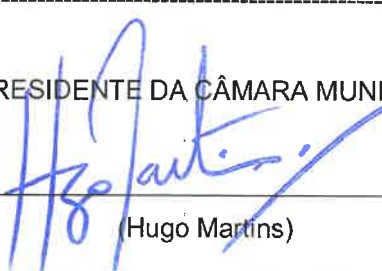
“Ao SAOM, para incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara.”-----  
-----  
-----

Aprovada, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores da bancada do PS, e com a abstenção do Senhor Vereador da bancada da CDU, dos Senhores Vereadores da bancada da Coligação Odivelas a Mudança é Agora – PPD/PSD/CDS/PP/ALIANÇA/PDR/PPM/RIR e do Senhor Vereador da bancada do Chega, a Proposta de Projeto de Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais: Abertura de Procedimento, sua Publicitação e Tramitação Subsequente, conforme informação acima referida. -----

Eram 13h00, quando o Senhor Presidente declarou encerrada a Reunião, dela tendo sido lavrada a minuta da ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos. -----

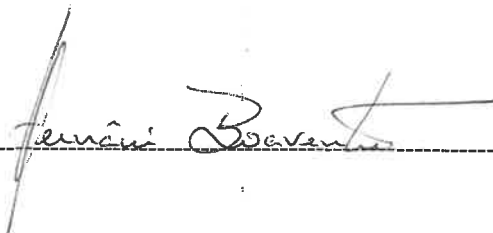
Com base na acima referida Minuta, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada pela Câmara Municipal, vai ser assinada pelo Presidente, Hugo Martins e por Hernâni Boaventura, Diretor Municipal. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(Hugo Martins)

O Diretor Municipal: -----



**Câmara Municipal de Odivelas**

Paços do Concelho – Quinta da Memória  
Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 Odivelas

NIPC 504 293 125

Tel.: 219 320 000 | E-mail: geral@cm-odivelas.pt  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)